



**PORTARIA Nº 004/SUPECOL/PMJP/2026**

Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

**CONSIDERANDO**, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

**CONSIDERANDO** que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

**CONSIDERANDO** que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de organizar e racionalizar os procedimentos administrativos relativos à elaboração de editais, avisos e atos correlatos, estabelecendo atribuições específicas à nova servidora designada, sem prejuízo da atuação excepcional dos Pregoeiros ou Agentes de Contratação, quando necessário à continuidade e eficiência dos processos de contratação pública, observando-se o princípio da segregação de funções;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

**Art. 2º** Compete à servidora designada:

I elaborar, revisar, ajustar e finalizar os editais de licitação e seus anexos;

II elaborar avisos, termos e demais atos necessários à instrução e divulgação dos procedimentos de contratação;

III realizar as adequações técnicas necessárias nos instrumentos convocatórios e documentos correlatos relativos às modalidades licitatórias e às contratações diretas, incluindo Dispensa, Inexigibilidade e demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**Art. 3º** Nos editais, avisos e atos correlatos deverá constar:

I a assinatura da servidora designada como Elaboradora;

II a assinatura do Pregoeiro ou Agente de Contratação designado para condução do certame, que figurará como Responsável, ratificando as informações constantes no instrumento convocatório.

**Art. 4º** Excepcionalmente, quando não for possível a elaboração dos instrumentos convocatórios pela servidora designada, em razão de ausência, impedimento, incompatibilidade de demanda ou necessidade administrativa, o Pregoeiro ou Agente de Contratação poderá elaborar o edital ou ato correspondente de forma isolada, assumindo a responsabilidade pela elaboração do instrumento convocatório e pela condução do respectivo procedimento de contratação..

**Parágrafo único.** A excepcionalidade prevista no caput deverá observar os fundamentos relacionados à eficiência administrativa, à continuidade do serviço público e à insuficiência de pessoal capacitado, em conformidade com os princípios administrativos e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 06 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)

**LOURRANT CANTÃO PESSOA**  
Superintendente de Compras e Licitações  
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 06/03/2026 às 13:07, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2494674** e o código verificador **84CF6ADD**.

Docto ID: 2494674 v1



**DECRETO N. 0168, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026**

**Nomeia Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** o teor do Decreto n. 017, de 06 de janeiro de 2025 ([ID 1494260](#));

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 2 de fevereiro de 2026.

Palácio Urupá, em 05 de fevereiro de 2026

*[assinado eletronicamente]*

**AFFONSO CÂNDIDO**  
**Prefeito**

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/02/2026 às 19:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2407794** e o código verificador **70FE8AE9**.

Docto ID: 2407794 v1



**DECRETO N. 2465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 52 de 15/09/2025 \(ID 2041638\)](#),

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Ângelo Simões: Agente de Contratação/Presidente Pregoeiro;
- II - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- IV - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- V - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Ana Paula de Souza Meireles;
- II - Adriana Souza Leite;
- III - Izabelly Paiva Porfírio;
- IV - Vivian Vieira de Araújo
- V - Neurizete dos Santos

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025, ([ID 1957352](#)).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 16 de setembro de 2025.

*[assinado eletronicamente]*

**AFFONSO CÂNDIDO**  
**Prefeito**

---

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/09/2025 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2044611** e o código verificador **312BA8A5**.

---

Docto ID: 2044611 v1

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090043/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-2220/2026 - SEMASF**

**OBJETO:** Aquisição de bens de consumo e materiais gráficos personalizados destinados ao apoio, divulgação e identificação visual das campanhas institucionais maio Laranja - Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e agosto Lilás - Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia 11/05/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

[www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO POR ITEM E LOTE UNICO**

**MODO DE DISPUTA:**

**ABERTO**

**PARTICIPAÇÃO:**

- **EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**REGISTRO DE PREÇOS: NÃO**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$ 70.073,72 (setenta mil, setenta e três reais e setenta e dois centavos).**

**FONTE DE RECURSOS:**

**10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**18 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**

**02 PODER EXECUTIVO**

**02 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**021801 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**08 Assistência Social**

**08 245 Serviços Socioassistenciais**

**08 245 0007 PRO VIDAS**

**08 245 0007 2012 0000 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade**

**3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO**

**ficha 1294**

**3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
ficha 1300**

**INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, garantias, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, estão consignados no **Anexo I - Termo de Referência**.

**Demais informações e esclarecimentos:** SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br)

**Ji-Paraná-RO, 24 de abril de 2026.**

**ELABORADO POR:**

**Danielly Melo De Souza**  
Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026

**RESPONSÁVEL:**

**Ana Paula de Souza Meireles**  
Pregoeira  
Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0043/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**PARTICIPAÇÃO: EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS**

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 0703/GAB/PMJP/2026 e Decreto Municipal nº 0582/GAB/PMJP/2026, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM e LOTE ÚNICO**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11 de maio de 2026, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL (endereço eletrônico):** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG: 980005**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-2220/2026 – SEMASF**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de bens de consumo e materiais gráficos personalizados destinados ao apoio, divulgação e identificação visual das campanhas institucionais Maio Laranja - Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Agosto Lilás - Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMAS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e anexos

**1.2.** *A licitação será realizada em 19 (dezenove) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.*

**1.3.** Os itens 1 a 17 adotarão o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM;**

**1.4.** Os itens 18 e 19 adotarão o critério de julgamento por **LOTE ÚNICO;**

**1.5.** *Justificativa para lote único da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família – SEMASF: “Critério de julgamento: menor preço por lote, considerando que a contratação conjunta desses itens permite padronização, eficiência logística e otimização da execução do evento.” Conforme o item 8.4.1. do Termo de Referência.*

**1.6.** Todos os itens são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS.**

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).



**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

**2.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.10.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.12.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

**3.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 3.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7.** A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.
- 3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14.** **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. VALOR TOTAL DO ITEM;**
- 4.1.2.** Marca;
- 4.1.3.** Fabricante;
- 4.1.4.** Quantidade.
- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item**
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

**5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**5.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**5.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



- 5.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**
- 5.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**
- 5.18.** Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.2.** empresas brasileiras;

**5.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.**

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. Na hipótese da proposta do primeiro colocado **estiver acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação**, o pregoeiro solicitará manifestação quanto à possibilidade negociar os preços.

**5.22.1.** **Caso a licitante, ao ser convocada, não se manifeste no prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM, ou não aceite negociar o valor acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante.**

**5.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.22.5.** **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

**5.22.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.4.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

**6.1.5.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros**. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens** Erro! Fonte de referência não encontrada. **e 3.6 deste edital.**

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6.** **Será desclassificada** a proposta vencedora que:

**6.6.1.** conter vícios insanáveis;

**6.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7.** No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**. (I.N. SEGES/ME Nº 73/2022)

**6.7.1.** A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de executabilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



**6.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**6.8.3.** No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

**6.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**

**6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

**7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.7.** Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.10.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em**

**relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).**

**7.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

**7.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

**7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

**7.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**

**7.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.14.1.** complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.14.2.** atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

**7.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**

**7.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

**7.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DOS RECURSOS

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de até 10 (dez) minutos**.

**8.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento das peças.

**8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br) - Portal da Transparência.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**9.1.5.** fraudar a licitação

- 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** advertência;
  - 9.2.2.** multa;
  - 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de



processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br) e confirmado através do telefone/whatsapp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

**11.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;**

**11.11.1.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**

**11.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);**

**11.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;**

**11.11.3.1. Anexo III-A - Modelo de Declaração;**

**11.11.3.2. ANEXO IV – Modelo de contrato.**

## **12. DO FORO**

**12.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

**Ji-Paraná-RO, 24 de abril de 2026.**

### **ELABORADO POR:**

**Danielly Melo De Souza**

Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026

### **RESPONSÁVEL:**

**Ana Paula de Souza Meireles**

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



## TERMO DE REFERÊNCIA

### INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições, especificações e diretrizes para a aquisição de bens de consumo e materiais gráficos personalizados destinados ao apoio, divulgação e identificação visual das campanhas institucionais Maio Laranja Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Agosto Lilás Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF.

As referidas campanhas possuem caráter preventivo, educativo e mobilizador, visando sensibilizar a população, disseminar informações relevantes e fortalecer as ações de enfrentamento às diversas formas de violência, especialmente contra públicos em situação de vulnerabilidade.

A presente contratação busca assegurar a adequada estruturação das atividades programadas, possibilitando a ampla comunicação com a sociedade, a padronização da identidade visual dos eventos e o suporte necessário à execução das ações previstas.

Este documento orienta, ainda, a futura contratação quanto aos requisitos técnicos, quantitativos, condições de fornecimento, prazos, responsabilidades e demais elementos essenciais à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

### Identificação do objeto

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto aquisição de bens de consumo e materiais gráficos para divulgação e realização dos seguintes eventos:

- a. MAIO LARANJA/FAÇA BONITO - Campanha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que ocorrerá no dia 18 de maio/2026;
- b. AGOSTO LILÁS - Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, que ocorrerá no dia 10 de agosto/2026.

### Natureza do objeto

1.2. A presente contratação possui natureza mista, contemplando bens de consumo e materiais gráficos. Consideram-se **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

### Quantitativos

1.3. O quantitativo levantado por este ETP encontra respaldo nos dados constantes no Projeto Faça Bonito de 05/02/2026 (ID 2409401) e Projeto Agosto Lilás de 05/02/2026 (ID 2409424) especificados nas Tabela Faça Bonito de 05/02/2026 (ID 2409446) e Tabela Agosto Lilás de 05/02/2026 (ID 2409460), os quais foram construídos a partir de necessidades identificadas pela SEMASF, da seguinte forma:



## 1.3.1. Tabela "AGOSTO LILÁS":

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QTD	\$ UNIT	\$ TOTAL
01	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO - Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha, Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho P.</b>	und	120	R\$19,90	R\$2.388,00
02	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO- Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho M.</b>	und	150	R\$24,40	R\$3.660,00
03	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO - Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho G.</b>	und	80	R\$24,40	R\$1.952,00
04	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO - Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho EXTRA GG.</b>	und	45	R\$38,00	R\$1.710,00
05	SOMBRINHA/GUARDA CHUVA COM ABERTURA MANUAL PORTATIL E FUNCIONAL EM ALUMINIO - Sombriinha/guarda chuva com abertura manual portatil e funcional em aluminio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99% dos raios solares UVA e UVB	und	69	R\$54,00	R\$3.726,00
06	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA EM PAPEL COUCHE IMPRESSAO COLORIDA) Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couche impressao colorida) Arte da impressao sera confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatorio com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir.	und	1.000	R\$0,26	R\$260,00
07	CHAVEIRO ACRILICO PERSONALIZADO COM A ARTE DO PROJETO, COLORIDA .SENDO REDONDO/E OU QUADRADO - 4X4CM. ACRILICO CRISTAL 3MM CORTE A LASER. IMPRESSAO U.V FEITA DIRETO NA PECA. ACOMPANHA CORRENTINHA PADRAO. Chaveiro acrilico personalizado com a arte do projeto, colorida .sendo Redondo/e ou quadrado - 4x4cm. Acrilico Cristal 3mm corte a Laser. Impressao U.V feita direto na peca. Acompanha correntinha padrao. Arte da impressao sera confeccionada.	und	102	R\$3,10	R\$316,20
08	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLASTICO, 500ML, PERSONALIZADA Garrafa, tipo Squeeze material plastico, 500 ml, personalizada Modelo de Descricao: Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecologico, 500ml,personalizada, com tampa de bico (plastico) rosqueavel, com capacidade minima de 500 ml. Personalizado.	und	100	R\$4,00	R\$400,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 14.412,20</b>	

## 1.3.2. Tabela "MAIO LARANJA/FAÇA BONITO":

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QTD	\$ UNIT	\$ TOTAL
01	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho 06 anos.</b>	und	40	R\$26,00	R\$1.040,00
02	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO - Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho 08 anos.</b>	und	40	R\$26,00	R\$1.040,00
03	BALOEES PERSONALIZADOS, NA COR LARANJADO,COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FACA BONITO, CONFORME MODELO	und	500	R\$0,99	R\$495,00

	ANEXO. Baloes personalizados, na cor laranjado, com logo tipo da Campanha Faça Bonito, conforme modelo anexo IV.				
04	BALÕES PERSONALIZADOS, NA COR BRANCO, COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FAÇA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Baloes personalizados, na cor branco, com logo tipo da Campanha Faça Bonito, conforme modelo anexo III.	und	500	R\$0,99	R\$495,00
05	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA EM PAPEL COUCHE IMPRESSÃO COLORIDA) Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couche impressão colorida) Arte da impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir.	und	5.000	R\$0,26	R\$1.300,00
06	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho <b>tamanho PP</b> .	und	70	R\$26,00	R\$1.820,00
07	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, <b>tamanho P</b> .	und	150	R\$35,00	R\$5.250,00
08	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, <b>tamanho M</b> .	und	200	R\$35,00	R\$7.000,00
09	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, <b>tamanho G</b> .	und	150	R\$35,00	R\$5.250,00
10	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca <b>tamanho GG</b> .	und	150	R\$35,00	R\$5.250,00
11	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca <b>XGG</b> .	und	50	R\$35,00	R\$1.750,00
12	SOMBRINHA/GUARDA CHUVA COM ABERTURA MANUAL PORTÁTIL E FUNCIONAL EM ALUMÍNIO - Sombriinha/guarda chuva com abertura manual portátil e funcional em alumínio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99% dos raios solares UVA e UVB	und	300	R\$54,00	R\$16.200,00
13	CHAVEIRO ACRÍLICO PERSONALIZADO COM A ARTE DO PROJETO, COLORIDA SENDO REDONDO/E OU QUADRADO - 4X4CM. ACRÍLICO CRISTAL 3MM CORTE A LASER.	und	240	R\$3,10	R\$744,00

	IMPRESSAO U.V FEITA DIRETO NA PECA. ACOMPANHA CORRENTINHA PADRAO. Chaveiro acrílico personalizado com a arte do projeto, colorida .sendo Redondo/e ou quadrado - - 4x4cm. Acrílico Cristal 3mm corte a Laser. Impressao U.V feita direto na peca. Acompanha correntinha padrao. Arte da impressao sera confeccionada				
14	BANNER EM LONA FOSCA COM IMPRESSAO DIGITAL 2,20 MTS X 3,0 - Banner em Lona fosca com Impressao Digital 2,20 mts x 3,0mts. Arte da impressao sera confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatorio com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos.	und	03	R\$100,00	R\$300,00
15	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLASTICO, 500ML, PERSONALIZADA Garrafa, tipo Squeeze material plastico, 500 ml, personalizada Modelo de Descricao: Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecologico, 500ml, personalizada, com tampa de bico (plastico) rosqueavel, com capacidade minima de 500 ml. Personalizado	und	199	R\$4,00	R\$796,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 48.730,00</b>	

### Prazos e local de entrega

1.4. Considerando que o objeto desta contratação caracteriza-se por entrega parcelada, com obrigações futuras, a formalização deverá ocorrer por meio de instrumento contratual. O prazo de vigência do contratado será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, ficará adstrita ao prazo necessário para a execução das entregas previstas, bem como para o respectivo recebimento definitivo dos bens fornecidos, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

1.5. Os bens de consumo e materiais gráficos deverão ser entregues na sede da SEMASF, situada à Av. Marechal Rondon, nº 1380 - Centro (ao lado do Feirão do Produtor - 1º distrito) - Ji-Paraná/RO, em dias úteis, no horário entre 7h30 min e 13h30min.

1.6. O prazo para entrega dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da assinatura do contrato, conforme estipulado no instrumento convocatório.

## 2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar a realização das campanhas institucionais Maio Laranja Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Agosto Lilás Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, promovidas anualmente pela SEMASF.

2.2. Tais ações possuem caráter preventivo, educativo e mobilizador, sendo fundamentais para a disseminação de informações qualificadas, sensibilização da população e fortalecimento da rede de proteção social.

2.3. No âmbito do Maio Laranja, busca-se ampliar a conscientização sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, incentivando a identificação de sinais, a denúncia e o acesso aos serviços de apoio. O intuito da ação é estimular as denúncias de casos sabidos, além de trabalhar o despertar para as noções básicas de prevenção e defesa do público alvo no que se refere às investidas dos atores desse fenômeno e garantir o cumprimento do disposto

nos artigos 24, 203 e 227 da Constituição Federal nos preceitos da Lei 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei 14.432/2022 que institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

2.4. No mesmo sentido, a Lei nº 14.448/2022 que institui em âmbito nacional o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher. Neste contexto, a campanha Agosto Lilás tem como finalidade informar e sensibilizar a sociedade quanto às diversas formas de violência contra a mulher, bem como divulgar os serviços e estratégias de prevenção desenvolvidos pela SEMASF. Assim, a aquisição de bens de consumo e materiais gráficos mostra-se indispensável para garantir a adequada estruturação, visibilidade e efetividade das ações, possibilitando a ampla divulgação das informações, o alcance do público-alvo e o cumprimento das atribuições institucionais do poder público na proteção e promoção de direitos, em consonância com o interesse público e com as políticas de enfrentamento às violências.

2.5. O objeto da presente contratação constitui instrumento essencial de divulgação, mobilização e apoio operacional às campanhas institucionais promovidas pela SEMASF, notadamente o Maio Laranja e o Agosto Lilás. Por meio dos materiais a serem adquiridos, será possível ampliar o alcance das ações educativas e informativas, garantir a identificação visual das atividades e fortalecer a comunicação com a população, favorecendo a disseminação de mensagens de prevenção e enfrentamento às violências. Além de contribuir para a visibilidade das campanhas, os itens também darão suporte à execução das atividades programadas, auxiliando na organização dos eventos e na interação com o público participante.

2.6. Dessa forma, a contratação viabiliza a efetividade das iniciativas, potencializa o impacto social das ações desenvolvidas e assegura o cumprimento das atribuições institucionais do poder público na promoção de direitos e na proteção social.

### **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de bens de consumo e materiais gráficos personalizados destinados à divulgação, identificação visual e apoio logístico das campanhas institucionais Maio Laranja e Agosto Lilás, promovidas pela SEMASF, contemplando todas as etapas do ciclo de vida dos objetos, desde o planejamento e especificação técnica até a utilização final e eventual descarte.

3.2. Inicialmente, serão definidos os requisitos técnicos, quantitativos e padrões de qualidade, observando-se a adequação às finalidades educativas e mobilizadoras das campanhas. Na fase de produção, a contratada deverá confeccionar os itens conforme as artes e especificações aprovadas, garantindo durabilidade, segurança e fidelidade à identidade visual institucional. Após a entrega, os materiais serão distribuídos e utilizados nas ações de mobilização social, eventos, atividades educativas e estratégias de comunicação com a população, cumprindo a função de ampliar o alcance das campanhas e apoiar a execução.

3.3. Quanto aos bens de consumo, estes poderão ser reutilizados em edições futuras ou em outras ações institucionais, prolongando a vida útil e assegurando economicidade. Ao término do ciclo de uso, eventuais itens inservíveis deverão receber destinação adequada, observadas as normas ambientais e administrativas pertinentes, de modo a assegurar o uso responsável dos recursos públicos e a sustentabilidade das ações desenvolvidas.

### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação deverá atender a requisitos mínimos de qualidade, padronização, funcionalidade e adequação às finalidades institucionais das campanhas Maio Laranja e Agosto Lilás, garantindo que os bens de consumo e materiais gráficos cumpram plenamente seu papel de divulgação, identificação visual e apoio às ações programadas pela SEMASF.

4.2. Todos os itens deverão ser novos, sem uso anterior, confeccionados com materiais resistentes e apropriados ao manuseio e às condições de uso previstas, apresentando acabamento satisfatório, durabilidade e segurança. A personalização deverá ser realizada de acordo com cada Campanha, observando rigorosamente as artes, cores institucionais, dimensões, tipografias, datas e demais especificações fornecidas pela Administração, assegurando uniformidade visual e fácil reconhecimento pelo público.

4.3. A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para a produção, fornecimento e entrega dos itens nos quantitativos e prazos estabelecidos, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos, pela substituição imediata daqueles que apresentarem defeitos, avarias ou divergências em relação às especificações aprovadas, sem ônus adicional para a Administração.

4.4. Deverá, ainda, garantir que os processos de impressão e confecção assegurem legibilidade, resistência ao desgaste e fidelidade das cores.

4.5. A entrega deverá ocorrer de forma parcelada dos bens de consumo e materiais gráficos personalizados, por meio de instrumento contratual, conforme especificações técnicas, quantitativos e artes previamente aprovadas pela SEMASF.

4.6. Além disso, a contratada deverá observar as normas legais aplicáveis, incluindo requisitos ambientais, trabalhistas e de segurança, bem como manter todas as condições de habilitação durante a vigência contratual, assegurando a regularidade e a confiabilidade do fornecimento.

4.7. A especificação de cada item deve obedecer rigorosamente ao exposto nas tabelas de itens 1.3.1 e 1.3.2 deste Termo de Referência.

## **5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante fornecimento parcelado dos bens de consumo e materiais gráficos personalizados, por meio de instrumento contratual, conforme especificações técnicas, quantitativos e artes previamente aprovadas pela SEMASF. Considerando que as campanhas institucionais Maio Laranja e Agosto Lilás ocorrem em períodos distintos ao longo do ano, a entrega não será integral, devendo ocorrer de forma fracionada, de acordo com cronograma a ser definido pela Administração, por meio de ordens de fornecimento ou documentos equivalentes, de modo a atender tempestivamente às necessidades de cada evento.

5.2. Após o recebimento de cada solicitação formal, a contratada deverá produzir e entregar os itens correspondentes dentro do prazo estabelecido, observando rigorosamente os padrões de qualidade, identidade visual e demais especificações exigidas. Poderá ser solicitada a apresentação de amostra física ou prova digital para aprovação prévia, quando necessário, a fim de assegurar a conformidade dos materiais antes da produção em escala.

5.3. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados e no local indicado pela SEMASF, não podendo haver prejuízo ao planejamento e à execução das campanhas. O recebimento ocorrerá inicialmente em caráter provisório, para conferência quantitativa e verificação aparente, e posteriormente em caráter definitivo, após análise detalhada da conformidade com as especificações contratuais.

5.4. Constatadas irregularidades, a contratada deverá promover a substituição dos itens no prazo estipulado, sem ônus adicional para a Administração.

5.5. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, cabendo à Administração registrar ocorrências e exigir o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

5.6. O pagamento será realizado conforme as entregas efetivamente recebidas e aceitas, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a plena satisfação do interesse administrativo.

## **6 - MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

6.1. A gestão do contrato será realizada conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, com vistas a garantir a adequada execução contratual, a entrega dos bens conforme especificações técnicas e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

6.2. Serão designados por meio de portaria específica:

- Gestor do Contrato: responsável por acompanhar e controlar a execução do contrato sob os aspectos administrativos, promovendo a interlocução entre a Administração e a contratada, e solicitando providências quando necessário.
- Fiscal do Contrato: responsável por acompanhar a entrega dos bens, verificar a conformidade dos materiais com as especificações técnicas constantes do edital e Termo de Referência, registrar ocorrências e emitir relatórios de recebimento provisório e definitivo.

6.3. A gestão contratual observará os seguintes procedimentos:

1. Acompanhamento da entrega: o fiscal verificará se os materiais entregues estão de acordo com o quantitativo, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no Termo de Referência e nota de empenho ou contrato.
2. Registro de não conformidades: eventuais divergências ou irregularidades constatadas no ato da entrega serão registradas em termo próprio, cabendo à contratada a substituição ou correção no prazo fixado pela Administração.
3. Recebimento provisório e definitivo:
  - O recebimento provisório será feito no ato da entrega, mediante conferência física dos bens e verificação da documentação fiscal.
  - O recebimento definitivo será formalizado após a verificação de conformidade técnica e funcional, sendo lavrado termo próprio, nos moldes do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.
4. Controle de prazos e garantias: o gestor do contrato deverá monitorar os prazos contratuais e o período de garantia dos bens, podendo acionar a contratada sempre que houver necessidade de substituição ou reparo durante a vigência da garantia, se for o caso.
5. Aplicação de sanções: caso sejam constatadas infrações contratuais, o gestor adotará as providências cabíveis, assegurando o contraditório e ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

6.4. A gestão contratual poderá contar com o apoio técnico de outros servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, conforme a complexidade do objeto contratado.

## **6.5. Sanções Administrativas**

6.5.1. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior), devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, prescritas pela Lei nº 14.133.

I. Advertência;

II. Multa, salvo previsão diversa neste instrumento convocatório ou no contrato, de:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor total do empenho, no caso de atraso injustificado para a entrega/execução, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;
- b) 0,5% sobre o valor total do empenho, no caso de atraso injustificado por período superior ao previsto na alínea a;
- c) 0,5% ao dia sobre o valor do produto/execução do serviço, no caso de atraso injustificado para substituição, limitada a incidência a 10 (dez) dias;
- d) 0,8% sobre o valor do produto/execução do serviço, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea c;
- e) 10% sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, por prazo não superior a 2 (dois) anos, considerando especialmente os seguintes critérios para a dosimetria da pena:

- a) Por seis meses - nos casos de reiterado inadimplemento por culpa, assim compreendida situação que a contratada poderia evitar, compensar ou por iniciativa própria tempestivamente regularizar;
- b) Por um ano nas hipóteses de atos ilícitos culposos;
- c) Por dois anos em situações em que ação culposa da contratada causar severo prejuízo à execução do contrato, ou acarretar expressivo danos ao erário, ao patrimônio público ou à regularidade dos serviços.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.5.2. Caso haja descumprimento das obrigações contratuais, a Contratada ficará sujeita à aplicação de multas administrativas nos termos da Lei nº 14.133/2021. O valor das multas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos da legislação aplicável.

6.5.3. As sanções previstas no contrato, tais como advertência, multa e demais penalidades administrativas previstas na legislação e neste instrumento, poderão ser aplicadas de forma cumulativa, quando couber, observando-se a proporcionalidade e o direito à ampla defesa do contratado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.5.4. A reabilitação de sanções aplicadas, como multas ou advertências, poderá ser requerida pelo contratado após 2 (dois) anos da sua aplicação, desde que o mesmo ressarça a Administração pelos prejuízos eventualmente causados.

6.5.5. Considerar-se-á suscetível de pena de declaração de inidoneidade a ação ou omissão dolosa da contratada, especialmente nas seguintes situações:

- I. Não atendimento reiterado de determinações expressas do contratante quanto ao regular cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato;
- II. Ensejar pagamento por indenização ou a celebração de contratação emergencial, em detrimento do interesse público;
- III. Ensejar danos ao meio ambiente ou ao patrimônio histórico, artístico ou cultural;
- IV. Uso de documento falso, ou emprego de simulação ou qualquer meio ardiloso para justificar descumprimento contratual ou obter proveito indevido; e
- V. Manifesta má-fé de preposto, dirigente ou qualquer representante credenciado, com vistas a ocultar irregularidade grave ou facilitar obtenção de vantagem ilícita.

6.5.6. Os contratos firmados em momento anterior à declaração de inidoneidade não devem ser necessariamente rescindidos em razão exclusiva da penalidade, uma vez que a sanção não tem o efeito imediato e automático de invalidar as avenças já firmadas. Poderá a Administração, entretanto, promover a rescisão, se identificar real risco à continuidade, aplicando o disposto no artigo 137, § 2º e § 3º, da Lei 14.133/2021.

6.5.7. A autorização de compra, ordem de execução de serviço ou expediente similar ao instrumento de contrato deverão consignar quais sanções são previstas no caso de descumprimento total ou parcial da obrigação.

6.5.8. Nos casos em que a entrega do produto ocorrer de forma fracionada, a multa prevista no inciso II incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

6.5.9. Na fixação de qualquer pena, além dos critérios específicos para cada caso, serão considerados os antecedentes, os atenuantes e o dano advindo da conduta.

6.5.10. Considera-se reincidência a prática de quaisquer condutas ilícitas apenadas nos últimos 5 (cinco) anos por decisão administrativa irrecorrível.



6.5.11. São circunstâncias atenuantes:

- I. A ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;
- II. ser o infrator primário perante a Administração Pública Municipal;
- III. ter o infrator adotado as providências para minimizar as consequências decorrentes do ato;
- IV. ter o infrator adotado as providências para reparar integralmente as consequências decorrentes do ato; e
- V. ter o contrato valor não superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido para compras e serviços que não sejam de engenharia.

6.5.12. Na avaliação do prejuízo advindo para a Administração Pública deve ser verificado o dano ao patrimônio material ou ao regular funcionamento da atividade administrativa, em face de decorrer da conduta ilícita quaisquer dos seguintes eventos:

- I. Destruição ou avaria de bens afetados a um serviço ou às instalações físicas da Prefeitura e suas unidades administrativas;
- II. desabastecimento de produto essencial, assim considerado aquele cuja supressão possa comprometer a saúde e a segurança de pessoas;
- III. comprometimento parcial do regular funcionamento da Prefeitura, em quaisquer dos seus órgãos, ou da prestação do seu serviço jurisdicional;
- IV. interrupção efetiva da prestação de qualquer serviço relevante.

6.5.13 - Nas licitações originárias de pregão, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Ji-Paraná, e será solicitado descredenciamento no SICAF e nos demais sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aquele que:

- I. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- II. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- III. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV. não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato;
- V. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

6.5.14. A penalidade a que se refere o item anterior será aplicada sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

6.5.15. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista.

6.5.16. As demais sanções serão aplicadas pelo gestor da Pasta, obedecidas as garantias previstas em lei e no presente regulamento.

6.5.17. A Administração Pública obedecerá aos seguintes procedimentos para apurar responsabilidade do contratado:

- I. expedirá citação ao contratado para que, querendo, apresente defesa no prazo legal;
- II. encaminhará a defesa, se apresentada, à Pasta de origem para que se pronuncie sobre as razões apresentadas;
- III. deliberará sobre eventuais medidas de esclarecimento, de ofício ou a requerimento;
- IV. apresentará as suas conclusões à Autoridade Competente para decisão ou deliberação.

6.5.18. A citação será expedida via Correios, com aviso de recebimento, ou entregue pessoalmente ao preposto, mediante recibo, da empresa quando autorizado na Carta de Preposto.

6.5.19. Em casos de recusa, ocultação e de não localização da pessoa a ser citada, serão adotadas as medidas correspondentes previstas na legislação processual, conforme o caso.

6.5.20. Para efeitos de produção de provas que sejam pertinentes e relevantes, serão adotados os critérios do Código de Processo Civil.

6.5.21. A decisão será publicada no Diário Oficial do Município e notificada ao contratado pelo Gabinete do Prefeito, por intermédio do preposto ou pelos Correios, com aviso de recebimento.

6.5.22. Das decisões de competência do gestor da Pasta caberão recursos, em prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.5.23. Nas declarações de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração ao Prefeito, a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

6.5.24. O pedido de reconsideração e os recursos não terão efeito suspensivo, que poderá ser requerido pela parte interessada, fundamentando-o em razões de relevância, a ser apreciado pela autoridade.

6.5.25. A Administração Pública encaminhará notícia da penalidade para registro, conforme o caso, no CSICAF e no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Municipal.

## **6.6. Acompanhamento e fiscalização**

6.6.1. A entrega dos materiais fornecidos ficará sob rigorosa fiscalização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, podendo esta adotar providências que julgar adequadas para assegurar a conformidade dos produtos com as

especificações técnicas, prazos, quantidades e padrões de qualidade definidos no contrato, em observância à Lei nº 14.133/2021.

6.6.1.1 O fiscal do contrato informará aos superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência conforme a Lei nº 14.133/2021.

## **6.7. Obrigação da contratada**

6.7.1. Fornecer os materiais conforme nota de empenho pelo preço registrado e nas condições contidas no Termo de Referência.

6.7.2. Fornecer catálogos de todos os materiais aplicados, instruções precisas sobre a atuação do sistema de controles, recomendações gerais sobre manutenção preventiva e corretiva (cronogramas recomendados), principais defeitos, soluções e pontos de assistência.

6.7.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, seguros, fretes carrego e descarrego decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

6.7.4. Apresentar relação de assistência técnica autorizadas disponíveis para o objeto que compõe o presente Termo de Referência.

6.7.5. Assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes, necessários à boa e perfeita execução do objeto deste Termo, cumprindo durante sua validade todas as leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes e em vigor, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.7.6. A Contratada obriga-se a efetuar, a substituição de material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes neste documento, independentemente da quantidade rejeitada.

6.7.7. A Contratada obriga-se a garantir os materiais fornecidos contra defeitos de fabricação ou falhas de impressão, pelo prazo especificado no contrato, conforme as normas e recomendações dos fabricantes.

6.7.8. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelo mesmo para estabelecimento desta relação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros apontados pelo fabricante.

6.7.9. O prazo máximo para substituição ou correção de materiais defeituosos ou não conformes será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social.

6.7.10. Os materiais deverão ser entregues e aptos para utilização, como condição de pagamento, estando este sujeito à fiscalização pela Comissão de Recebimento nomeada para este fim mediante Portaria da Secretaria Municipal de Assistência Social.

6.7.11. Manter, durante todo o período de vigência dos autos, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprovando-as a qualquer tempo, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.

6.7.12. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família.

6.7.13. Executar fielmente as condições de fornecimento objeto deste Termo na mais perfeita conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente a Secretaria Municipal de Assistência Social, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução das obrigações dela resultantes, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela.

6.7.14. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de *e-mail* sempre que houver alterações destes.

6.7.15. Indicar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto (nome, RG e CPF), por escrito, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços.

6.7.16. Comprovar, no momento da emissão nota fiscal, a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal e Dívida Ativa da União (FEDERAL), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT).

## **6.8. Obrigação do contratante**

6.8.1. Designar servidor(es) para atuar(em) como fiscalizador(es), em observância ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.8.2. Efetuar o pagamento à empresa de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

6.8.3. Tomar as devidas providências quanto a aplicação das penalidades descritas neste Termo de Referência, em caso de inexecução de qualquer obrigação assumida.

6.8.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

6.8.5. Requisitar a entrega dos materiais e exigir da empresa CONTRATADA o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados neste Termo de Referência.

6.8.6. Efetuar o pagamento à empresa de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

6.8.7. Tomar as devidas providências quanto a aplicação das penalidades descritas neste Termo de Referência, em caso de inexecução de qualquer obrigação.

## **7 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **7.1. Medição**

7.1.1. A medição da execução do objeto ocorrerá mediante a entrega dos itens contratados em conformidade com as especificações estabelecidas, com posterior recebimento definitivo pela Administração.

7.1.2. Após o atesto da medição, a contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na legislação. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade do objeto com as especificações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.1.3. A liquidação da despesa será realizada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, conforme disposto na legislação aplicável, desde que não haja pendências a serem sanadas.

7.1.2. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

I **Provisoriamente**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega, para efeito de verificação preliminar;

II **Definitivamente**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade dos materiais com as exigências contratuais.

7.1.3. O pagamento será efetuado após o atesto da fiscalização e apresentação da documentação fiscal pertinente, observadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

7.1.4. No caso de fornecedor optante pelo Simples Nacional, o pagamento obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se as retenções apenas nas hipóteses legalmente previstas, mediante comprovação do enquadramento.

### **7.2. Pagamento**

7.2.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

7.2.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo da nota fiscal na unidade competente, desde que não haja pendências ou inconformidades.

7.2.3. Eventuais diferenças, defeitos ou divergências nas especificações suspenderão o pagamento até a regularização pela contratada.

7.2.4. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de depósito bancário em conta indicada pela contratada, de titularidade da mesma. Ressalta-se que o pagamento está condicionado à regular execução do objeto, ao cumprimento das obrigações contratuais e à manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

7.3. Descontos e Penalidades - Serão aplicados descontos e penalidades previstas em contrato caso haja atraso na entrega ou não conformidade dos materiais, sem prejuízo da rescisão contratual quando cabível.

#### **Critérios de Reajuste**

7.4. O preço contratual poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data limite para apresentação da proposta, conforme o art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. O reajuste será calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice setorial equivalente que melhor reflita a variação dos custos do objeto.

7.6. É vedada qualquer forma de repactuação, revisão ou reajuste antes do interregno de 12 meses, salvo hipóteses excepcionais de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Subcontratação**

7.7. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, devendo a execução ocorrer integralmente pela empresa vencedora, a qual deverá possuir capacidade técnica, operacional e estrutural suficiente para cumprir todas as obrigações assumidas. Tal vedação justifica-se pela necessidade de assegurar o controle direto da Administração sobre a qualidade dos bens fornecidos, a fidelidade à identidade visual das campanhas, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a responsabilidade única pela execução contratual. A participação de terceiros poderia comprometer a padronização dos materiais, dificultar a fiscalização e a responsabilização por eventuais falhas, além de aumentar o risco de atrasos ou inconformidades. Dessa forma, a execução direta pela contratada garante maior segurança jurídica, eficiência administrativa e confiabilidade no atendimento das demandas institucionais.

### **8 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, observados os parâmetros de qualidade e as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. A forma de contratação será por

fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração durante a execução dos eventos descritos no item 1.1 deste Termo de Referência.

8.2. Para a presente contratação, que compreende a aquisição de bens de consumo e materiais gráficos destinados à realização dos eventos descritos no item 1.1 deste TR, adota-se os seguintes critérios:

- I. Materiais de Consumo: camisetas, bonés, garrafas, balões, sombrinhas, dentre outros. Critério de julgamento: menor preço por item, de modo a garantir maior competitividade entre fornecedores e assegurar a economicidade na aquisição de cada produto específico.
- II. Materiais Gráficos: *banners, folders, cartazes, panfletos, adesivos* e demais materiais gráficos. Critério de julgamento: menor preço por lote, considerando que a contratação conjunta desses itens permite padronização, eficiência logística e otimização da execução do evento.

8.3. O Estudo Técnico Preliminar encontra-se ajustado a esses critérios de julgamento, alinhando o planejamento da contratação à execução do procedimento licitatório.

8.4. Para fins de habilitação dos licitantes, deverão ser exigidos documentos que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira necessárias à adequada execução do objeto, nos termos da legislação vigente.

1. **Habilitação técnica:** deverá ser comprovada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) aptidão do licitante para o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

2. **Habilitação econômico-financeira:** deverá ser comprovada por meio da apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, bem como demais documentos previstos na legislação aplicável, com o objetivo de verificar a capacidade financeira do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

**3. Habilitação Jurídica:**

A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, bem como, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores, e demais documentos previstos na legislação aplicável.

**4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.5. As exigências estabelecidas visam garantir que o futuro contratado possua condições técnicas e financeiras suficientes para executar o objeto com qualidade, segurança e dentro dos prazos estabelecidos, resguardando o interesse público e a adequada aplicação dos recursos públicos.

9 - ESTIMATIVA DE VALOR

9.1. O valor estimado da contratação será definido com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores locais, consultas em plataformas eletrônicas de compras governamentais e (ou) atas de registro de preços vigentes.


9.2. O valor total estimado para atender a demanda é **R\$ 70.073,72** (setenta mil, setenta e três reais e setenta e dois centavos).

9.3. Os valores e quantidades de itens estimados da contratação se pautam, essencialmente, no evento realizado no ano de 2025, bem como na [Cotação MAPA DE APURAÇÃO de 11/03/2026 \(ID 2505398\)](#), [Cotação CONSOLIDADO de 11/03/2026 \(ID 2505399\)](#) e [Cotação RESULTADO DE COTAÇÃO de 11/03/2026 \(ID 2505400\)](#):


MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

ID	DATA	OBJETO	VALOR TOTAL
118019	10/03/2026	PROCESSO 2220/2026 - aquisição de bens de consumo e materiais gráficos para as campanhas MAIO LARANJA/ FAÇO BONITO	R\$ 70.073,72

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGO - MFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DESCONTO MENOR PREÇO
I 001 001	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO	UN 40,00	////	17,90	////	////	21,99	////	////	22,00	20,63 825,20	15,25%
I 001 002	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho 08 anos	UN 40,00	29,89	////	////	////	////	32,00	////	32,00	31,30 1.252,00	4,72%
I 001 003	BALÕES PERSONALIZADOS, NA COR LARANJADO, COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FAÇA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Balões personalizados, na cor laranjado, com logo tipo da Campanha Faça Bonito, conforme modelo anexo IV.	UN 500,00	////	////	1,20	1,00	1,19	////	////	////	1,13 565,00	13,00%
I 001 004	BALÕES PERSONALIZADOS, NA COR BRANCO, COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FAÇA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Balões personalizados, na cor branco, com logo tipo da Campanha Faça Bonito, conforme modelo anexo III.	UN 500,00	////	////	1,20	1,00	1,19	////	////	////	1,13 565,00	13,00%
I 001 005	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA EM PAPEL COUCHÉ IM PRESSÃO COLORIDA) Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couché impressão colorida) Arte da impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos	UN 6.000,00	////	0,40	0,40	////	////	0,40	////	////	0,40 2.400,00	0,00%
I 001 006	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca tamanho GG	UN 150,00	////	////	////	34,90	35,50	////	////	////	35,20 5.280,00	0,86%
I 001 007	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca XGG	UN 50,00	////	////	////	34,90	37,50	////	////	////	36,20 1.810,00	3,72%
I 001 008	SOMBRIINHA/GUARDA CHUVA COM ABERTURA MANUAL PORTÁTIL E FUNCIONAL EM ALUMÍNIO Sombriinha/guarda chuva com abertura manual portátil e funcional em alumínio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99% dos raios solares UVA e UVB	UN 369,00	////	59,90	50,00	////	////	////	60,00	////	56,63 20.896,47	13,26%



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)



2505398 e CRC: 88DAED9

Página 1/3  
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 118019  
CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA  
40.999.622/0001-64



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 009	CHAVEIRO ACRÍLICO PERSONALIZADO COM A ARTE DO PROJETO, COLORIDA .SEND O REDONDO/E OU QUADRADO - - 4X4CM. ACRÍLICO CRISTAL 3MM CORTE A LASER. I MPRRESSÃO U.V FEITA DIRETO NA PEÇA. A COMPANHIA CORRENTINHA PADRAO.	UN 342,00	////	////	////	////	5,00	4,50	////	4,50	4,67 1.597,14	3,78%
I 001 010	BANNER EM LONA FOSCA COM IMPRESSÃO DIGITAL 2,20 MTS X 3,0 Banner em Lona fosca com Impressão Digital 2,20 mts x 3,0 mts. Arte da Impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos.	UN 3,00	////	////	111,73	////	120,00	////	////	100,00	110,58 331,74	10,58%
I 001 011	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLÁSTICO, 500 ML, PERSONALIZADA Garrafa, tipo Squeeze material plástico, 500 ml, personalizada Modelo de Descrição: Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecológico, 500ml, personalizada, com tampa de bico (plástico) rosqueável, com capacidade mínima de 500 ml. Perso nalizado com siksreen que não descasque. Material 100% reciclável translúcido e tampa branca . Tamanho mínimos aproximados Altura: 13,5cm; circu nferência: 22,5cm; diâmetro:...	UN 299,00	////	////	6,98	////	////	6,50	////	7,00	6,83 2.042,17	5,08%
I 001 012	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho tamanho PP.	UN 70,00	////	////	33,00	////	30,95	////	////	////	31,98 2.238,60	3,33%
I 001 013	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho P	UN 150,00	////	////	////	34,90	35,50	////	////	////	35,20 5.280,00	0,86%
I 001 014	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho M	UN 200,00	////	////	////	34,90	35,50	////	////	////	35,20 7.040,00	0,86%
I 001 015	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho G	UN 150,00	////	////	////	34,90	41,50	////	////	////	38,20 5.730,00	9,46%
I 001 016	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho P.	un 120,00	25,00	////	////	////	////	24,90	////	25,00	24,97 2.996,40	0,28%
I 001 017	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho M.	un 150,00	29,89	////	////	////	////	32,00	////	32,00	31,30 4.695,00	4,72%
I 001 018	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho G.	un 80,00	29,89	////	////	////	////	32,00	////	32,00	31,30 2.504,00	4,72%



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)

Página 2/3  
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 118019  
CONSULTE SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA  
49.999.622/0001-64



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 019	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho EXTRA GG.	un 45,00	45,00	////	////	////	45,00	////	////	45,00	45,00 2.025,00	0,00%
Valor total do anexo após análise			13.095,30	25.219,10	26.782,21	25.430,00	34.181,10	17.510,50	22.140,00	18.477,00	R\$ 70.073,72	
Valor total geral do anexo			13.095,30	25.219,10	26.782,21	25.430,00	34.181,10	17.510,50	22.140,00	18.477,00		



Página 3/3  
MAPA DE ATRIBUIÇÃO DE DEVERES 118019

9.3.1. O valor estimado inicialmente para a presente contratação foi definido com base em levantamento preliminar realizado pela unidade demandante, considerando parâmetros gerais de mercado e estimativas históricas de contratações similares.

9.3.2. Contudo, no curso da instrução processual, a Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL procedeu à pesquisa de preços de forma mais ampla e detalhada, em conformidade com os critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, contemplando fontes diversas, tais como contratações públicas similares, bancos de preços oficiais e consultas a fornecedores do ramo.

9.3.3. Em razão da metodologia mais aprofundada adotada pela SUPECOL, o valor apurado apresentou divergência em relação à estimativa inicial, refletindo de maneira mais fidedigna os preços praticados no mercado à época da contratação.

#### **Do valor preliminar**

9.4. Os valores apresentados neste Termo de Referência têm caráter preliminar, sendo calculados com base em referências de contratações anteriores e pesquisa de mercado inicial.

9.5. A Cotação prévia se demonstra por meio da Cotação Faça Bonito e Agosto Lilás de 13/02/2026 (ID 2435631).

9.6. A precisão dos custos finais dependem de cotação especializada a ser realizada pela Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, que poderá ajustar os valores (no limite orçamentário previsto) de acordo com os preços praticados no mercado à época da contratação, sem que isso implique alteração na natureza ou no objeto da contratação.

*Dessa forma, a Administração ressalta que a estimativa apresentada neste Termo de Referência serve apenas como parâmetro de planejamento e não constitui valor contratual definitivo.*

#### **10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**18 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**

**02 PODER EXECUTIVO**

**02 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**021801 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**08 Assistência Social**

**08 245 Serviços Socioassistenciais**

**08 245 0007 PRO VIDAS**

**08 245 0007 2012 0000 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade**

**3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO**

**ficha 1294**

**3.3.90.32.00MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

**ficha 1300**

Ji-Paraná, 24 de março e 2026.

elaborado por:

Alandes da Silva Soares

revisado e assinado por

**Marley Muniz**

Secretária Municipal de Assistência Social e da Família

Decreto nº 0424/GAB/PM/JP/2026



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TECNICO - SEMASF**, em 09/04/2026 às 12:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALANDES DA SILVA SOARES, GERENTE ESPECIAL ADMINISTRATIVO/CONTABIL/ECONOMICO**, em 09/04/2026 às 12:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARLEY MUNIZ, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 09/04/2026 às 12:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2546367** e o código verificador **7DFBF18D**.

Referência: [Processo nº 1-2220/2026](#).

Docto ID: 2546367 v2

Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família- SEMASF  
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

**CAMPANHA MUNICIPAL DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL E À EXPLORAÇÃO SEXUAL  
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

❖ **FAÇA BONITO**

**2026**





**FAÇA BONITO.**  
**PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**

Prefeitura Municipal de Ji-Paraná - RO



**AFFONSO CÂNDIDO**

Prefeito do Município de Ji-Paraná – Rondônia.

**MARLEY MUNIZ**

Vice-Prefeita do Município de Ji-Paraná – Rondônia.

Secretária Municipal de Assistência Social e da Família – INTERINA - SEMASF

**GILSON LOPES SOARES**

Diretor da Proteção Social Especial – PSE

**MARIANA SPINELLI LIMA COLETO**

Coordenadora do CREAS



## **1. Apresentação**

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violações de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do Suas.

A Proteção Social Especial - PSE organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violações de direitos. Na organização das ações de PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas demandando, assim, trabalho social especializado.

A Proteção Social Especial, por meio de programas, projetos e serviços especializados de caráter continuado, promove a potencialização de recursos para a superação e prevenção do agravamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras.

As ações desenvolvidas na Proteção Social Especial devem ter centralidade na família e como pressuposto fortalecimento e o resgate de vínculos familiares e comunitários, ou a construção de novas referências, quando for o caso.

Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especialidade do trabalho social ofertado, a atenção na Proteção Social Especial, organiza-se em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.



No âmbito de atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, constituem unidades de referência para a oferta de serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI (oferta obrigatória);
- Serviço Especializado de Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

## **2. Conhecendo o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI**

### **❖ Descrição**

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento à famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.





### ❖ **Usuários**

Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia. Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

### ❖ **Objetivos do PAEFI**

- Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;
- Auxiliar na inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;
- Colaborar no rompimento de padrões violadores de direitos no interior da família;
- Prevenir a reincidência de violações de direitos.

### ❖ **Trabalho Social Essencial ao Serviço**

Acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, monitoramento e avaliação do serviço, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, construção de plano individual e/ou familiar de atendimento, orientação



sociofamiliar; atendimento psicossocial, orientação jurídico-social, referência e contrarreferência, informação, comunicação e defesa de direitos, apoio à família na sua função protetiva, acesso à documentação pessoal, mobilização, identificação da família extensa ou ampliada, articulação da rede de serviços socioassistenciais, articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais, articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, mobilização para o exercício da cidadania, trabalho interdisciplinar, elaboração de relatórios e/ou prontuários, estímulo ao convívio familiar, grupal e social, mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

❖ **Composição atual da Equipe CREAS**

<b>Cargo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Vínculo Funcional</b>	<b>Carga Horária</b>
Coordenadora	01	Nível Superior	Efetivo	30h
Psicóloga	02	Nível Superior	Efetivo/comissionada	30h
Assistente Social	05	Nível Superior	03 Efetivas/02 comissionadas	30h
Orientadora social	02	Nível Superior	Efetivas	30h
Pedagoga	01	Nível Superior	Comissionada	30h
Zeladora	01	Nível Médio	Efetivo	30h
Agente administrativo	02	Nível Médio	Efetiva/comissionada	30h
Motorista	02	Nível Médio	Terceiraza	40h



### **3. CAMPANHA MUNICIPAL DE COMBATE A VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - FAÇA BONITO**

#### **❖ A História**

No ano de 1973, uma transgressão hedionda reverberou por todo o território brasileiro, apresentando-se como um epílogo escandaloso, destinado a figurar como um emblemático reflexo da brutalidade perpetrada contra os inocentes infantes.

Com meros oito anos de existência, Araceli Cabrera Sanches foi vítima de um sequestro infausto no dia 18 de maio de 1973. Submetida a uma cruel trama, ela foi subjugada, vilipendiada, ultrajada e, por derradeiro, ceifada por integrantes de uma proeminente linhagem capixaba. O caso, gradativamente, passou a ocupar os espaços midiáticos. Mesmo diante da trágica revelação de seu corpo, maculado por agentes corrosivos, em uma movimentada via na urbe de Vitória (ES), raros foram aqueles que se dispuseram a denunciar o ocorrido. A convivência da sociedade capixaba, de modo inexorável, selaria o pacto da impunidade em favor dos delinquentes.

Os indiciados, Paulo Helal e Dante de Brito Michelini, ostentavam notoriedade na localidade devido às suntuosas celebrações por eles promovidas em seus domicílios e em um recanto à beira-mar, conhecido como Jardim dos Anjos. Também era pública a inclinação de ambos para sedar e subjugar jovens do sexo feminino durante tais eventos. Paulo e Dantinho, alcunhados assim por sua conhecida intimidade, lideravam um séquito de viciados que, de maneira costumeira, percorria os estabelecimentos educacionais em busca de novas presas.

A capital estadual era um cenário permeado pela impunidade e pela venalidade. Contra as expectativas, a progenitora da infante permaneceu taciturna face ao delito. A ela atribuíam-se acusações de fornecer substâncias entorpecentes a indivíduos influentes na região, inclusive aos próprios perpetradores do crime. Apesar da cobertura jornalística intensiva e dos esforços particulares de alguns repórteres, o caso manteve-se impune. Araceli só encontrou seu derradeiro repouso



três anos após seu trágico ocaso. Sua prematura morte ainda subsiste como um lamento incendiário, provocando indignação e revolta.

#### ❖ **A mobilização da data**

Em 1998, o dia 18 de maio foi oficialmente consagrado como uma data emblemática quando cerca de 80 entidades, entre públicas e privadas, congregaram-se na Bahia durante o 1º Encontro do Ecpat no Brasil. Sob a égide do Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes (CEDECA/BA), representante oficial do Ecpat, uma organização internacional dedicada à erradicação da exploração sexual e comercial de crianças, bem como do combate à pornografia e ao tráfico para fins sexuais - originada na Tailândia. Esse encontro congregou entidades de diversas regiões do país, marcando o surgimento da proposta de instituir o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

A autoria desse projeto, datado de maio de 2000, é atribuída à então deputada federal Rita Camata (PMDB/ES), presidente da Frente Parlamentar pela Criança e Adolescente do Congresso Nacional. Desde a sua sanção, a sociedade civil, comprometida com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, tem empreendido esforços em todo o território nacional para sensibilizar tanto a sociedade quanto as autoridades acerca da seriedade e urgência do problema da violência sexual.

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes desempenha um papel crucial em preservar viva a memória nacional, reiterando a responsabilidade inalienável da sociedade brasileira em assegurar os direitos de todas as suas "Aracelis".

#### ❖ **O símbolo**

A campanha tem como símbolo uma flor, como uma lembrança dos desenhos da primeira infância, além de associar a fragilidade de uma flor com a de uma criança. O desenho também tem como objetivo proporcionar maior proximidade e identificação junto à sociedade, proximidade e identificação com a causa.



Esse símbolo surgiu durante a mobilização do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de 2009. Porém, o que era para ser apenas uma campanha se tornou o símbolo da causa, a partir de 2010.

Para alcançar esse objetivo, é necessário que a sociedade em geral Faça Bonito na proteção de nossas crianças e adolescentes.

#### ❖ **A chamada**

O slogan “Faça Bonito” – Proteja nossas crianças e adolescentes quer chamar a sociedade para assumir a responsabilidade de prevenir e enfrentar o problema da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no Brasil.

#### ❖ **A Lei**

Lei 9.970 – Institui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil. Art. 1º. Fica instituído o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

### **4. Objetivos**

#### ❖ **Objetivo Geral**

- Propagar as ações da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família, bem como divulgar os atendimentos ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- Divulgar o dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;

#### ❖ **Objetivos Específicos**

- Promover a conscientização da população acerca do combate à violência sexual direcionada a crianças e adolescentes, por meio de iniciativas informativas e educativas;
- Disseminar conhecimento sobre a violência sexual contra crianças e



adolescents, compreendendo suas origens e consequências, destacando a urgência de um comprometimento generalizado da sociedade para enfrentar esse fenômeno.

- Conscientizar a população da importância em realizar a denúncia em casos de qualquer tipo de violência e buscar ajuda nos serviços especializados e órgãos de proteção do município de Ji-Paraná.

## **5. Participantes do Projeto**

- ✓ Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.
- ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF.
- ✓ Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

## **6. Abrangência da Campanha**

O presente projeto será desenvolvido no município de Ji-Paraná, através da SEMASF – Secretária Municipal de Assistência Social e da Família junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social que no decorrer do ano trabalha no combate às violações de direito, ofertando às famílias e indivíduos acolhimento, escuta qualificada e apoio psicossocial através dos atendimentos individuais e em grupo.

Durante o mês de maio, em alusão à campanha Faça Bonito, essas ações se intensificam, com palestras, rodas de conversas que acontecem nos grupos com crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas; assim como a equipe realiza um cronograma de palestras nas escolas municipais e/ou estaduais; nos serviços socioassistenciais da SEMASF e nas Instituições que solicitam a atuação da equipe técnica de referência.

Em **22/05/2026** – sexta-feira - , será realizada a “caminhada Faça Bonito” que é uma ação de manifestação e luta contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. A concentração dar-se-á em frente a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, às 7h30 da manhã, percorrendo algumas ruas da cidade e



encerrando o seu percurso em frente a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF. O material solicitado neste projeto será utilizado durante as ações acima citadas - palestras, eventos, rodas de conversa, grupos, e principalmente no dia da caminhada que envolve a participação de diversos setores da sociedade civil, estudantes, servidores da Administração Municipal, população e vários órgãos de proteção do município de Ji-Paraná, são eles: poder judiciário, ministério público, ministério público do trabalho, defensoria pública, conselhos tutelares, delegacia especializada de atendimento à mulher; entre outros, que todos os anos estão presentes.

## **7. Justificativa**

Divulgar o dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;

Informar a população sobre o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, abordando os tipos dessa violência; suas causas e consequências, a necessidade de um comprometimento por parte da sociedade em geral contra esse fenômeno;

Informar a sociedade sobre a importância da denúncia e o papel do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no município de Ji-Paraná.

## **8. Evento/atividades**

Ações da Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.





## 9. Descrição do Material – Campanha FAÇA BONITO

Item	Descrição detalhada dos Itens solicitados	Quantidade	Justificativa	Evento/atividades
01	Balões personalizados, na cor LARANJADO, com logo tipo da Campanha Faça Bonito.	500 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
02	Balões personalizados, na cor BRANCA, com logo tipo da Campanha Faça Bonito.	500 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.





			adolescentes em Ji-Paraná.	Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
03	<b>Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho 06 anos.</b>	40 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
04	<b>Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho 08 anos. (conforme modelo em anexo)</b>	40 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º



			Paraná.	Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
05	Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couche impressao colorida). Arte da impressao sera confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatorio com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos even	5.000 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
06	Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho tamanho PP.	70 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho



				Tutelar, CMDCA, CMAS.
07	<b>Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho tamanho P.</b>	150 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
08	<b>Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho tamanho M.</b>	200 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.



09	<b>Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho tamanho G.</b>	150 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
10	<b>Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho tamanho GG.</b>	150 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.



11	<b>Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho tamanho XGG.</b>	50 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
12	<b>Sombrinha/guarda chuva com abertura manual portatil e funcional em aluminio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99% dos raios solares UVA e UVB</b>	300 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.





13	<b>Chaveiro</b> <b>acrílico</b> <b>personalizado com a arte do projeto, colorida .sendo Redondo/e ou quadrado - - 4x4cm. Acrílico Cristal 3mm corte a Laser. Impressão U.V feita direto na peça. Acompanha correntinha padrão.</b>	240 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
14	<b>Banner em Lona fosca com Impressão Digital 2,20 mts x 3,0 mts. Arte da impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos.</b>	03 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.



15	Garrafa, tipo Squeeze material plastico, 500 ml, personalizada. Modelo de Descricao: Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecologico, 500ml, personalizada, com tampa de bico (plastico) rosqueavel, com capacidade minima de 500 ml. Personalizado com a flor.	199 unidades	Disseminar a campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Informar a população sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda. Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Ji-Paraná.	Ações campanha Faça Bonito – Campanha Nacional de Combate à Violência Sexual e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
----	---	--------------	---	---

## 9.RECURSO FINANCEIRO TOTAL:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Total
01	Camisetas	850	R\$28.400,00
02	Folder	5.000	R\$1.300,00
03	Garrafa	199	R\$796,00
04	Balões	1.000	R\$990,00
05	Chaveiro Acrílico	240	R\$744,00
06	Banner	03	R\$300,00
07	Sombrinha	300	R\$16.200,00

**Total estimado: R\$48.730,00**



## **Referências Bibliograficas**

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Texto da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

<https://www.facabonito.org/>, acesso em 2025;

<https://www.facabonito.org/entendendo>, acesso 2025.





## ANEXOS



## CAMISETA





**CHAVEIRO**





GARRAFA

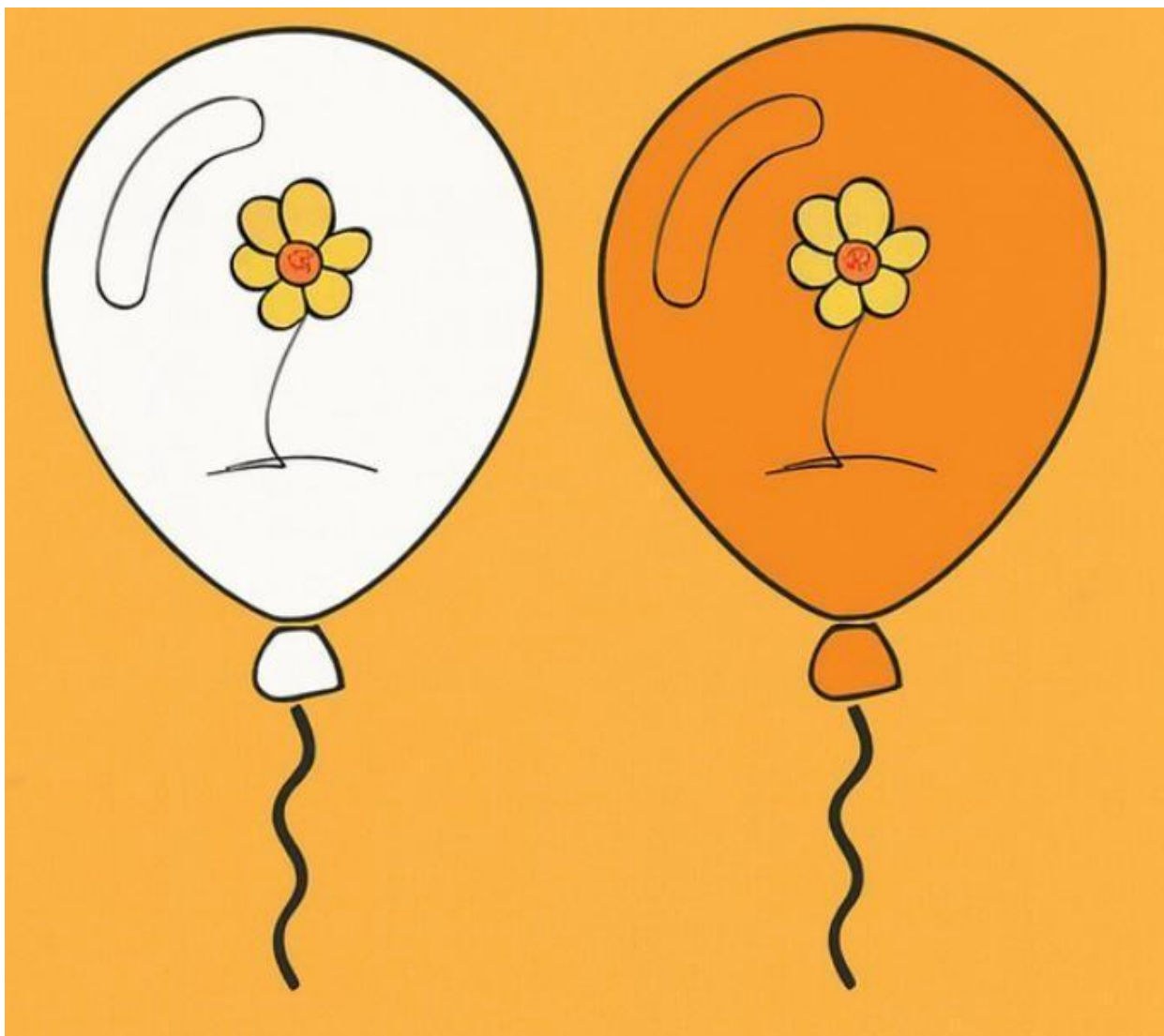




**SOMBRINHA**







## BALÕES





BANNER 2,20X3M



### **POR QUE O 18 DE MAIO?**

O dia 18 de Maio marca a luta nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Faça Bonito. Proteja nossa criança e adolescente.

Você pode mudar essa história.  
Faça Bonito. Proteja nossas crianças e adolescentes.

### **O QUE É VIOLÊNCIA SEXUAL**

A violência sexual contra crianças e adolescentes é toda ação em que uma pessoa, utiliza-se do corpo da criança ou do adolescente para usufruir.

Você pode mudar essa história.  
Faça Bonito. Proteja nossas crianças e adolescentes.

### **Como denunciar**

- Observe mudanças de comportamento
- Escute e acolha diante de suspeitas
- Denuncie

### **A proteção é dever de todos**

Violência sexual pode acontecer em qualquer lugar e atingir crianças e adolescentes de todas as classes sociais.

Realização:



**SEMASF**  
Secretaria Municipal de  
Assistência Social e Família

**CREAS**  
Centro de Referência Especializado  
de Assistência Social

## **18 DE Maio**

**DIA NACIONAL DE COMBATE AO  
ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL  
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**



## **FAÇA BONITO.**

Proteja nossas crianças  
e adolescentes.

**FOLDER – sugestão de modelo**







# Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	1	13/12/2025

ID:	2276678	Processo	Documento
CRC:	F3AD8957		
Processo:	0-0/0		
Usuário:	MARIANA SPINELLI LIMA COLETO		
Criação:	13/12/2025 10:52:42	Finalização:	13/12/2025 10:52:50

MD5: 3DF1030F756F2344E0ADD45A5EF50ADC  
SHA256: E94E45F428066EFA1B7063A6B933955FB251930A5E89D5D7DC9E8DBA00D92972

Súmula/Objeto:  
envio do PROJETO - CAMPANHA FAÇA BONITO/2026.

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	13/12/2025 10:52:42
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO	13/12/2025 10:52:42
----------------	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 777	13/12/2025	2276671
-----------------------	------------	---------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2276678 e o CRC F3AD8957.







## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	1	17/01/2026

ID: **2348318**

CRC: **D3683F07**

Processo: **0-0/0**

Usuário: **MARIANA SPINELLI LIMA COLETO**

Criação: **17/01/2026 11:44:02** Finalização: **17/01/2026 11:44:10**

Processo



Documento



MD5: **F3019DDCD13EB5099DEBD2C8176D1475**

SHA256: **53CA6A6EF7628B3A928235C0477B55A7541F5AC1E779E480AFC08747A45CC140**

Súmula/Objeto:

**RESPOSTA AO MEMORANDO CIRCULAR 01/2026 - CAMPANHAS FAÇA BONITO E AGOSTO LILAS**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	17/01/2026 11:44:02
---	-----------	----	---------------------

#### ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO	17/01/2026 11:44:02
----------------	---------------------

#### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 48	17/01/2026	2348317
----------------------	------------	---------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2348318 e o CRC D3683F07.





## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Projeto		Faça Bonito		05/02/2026
ID:	2409401		Processo	Documento
CRC:	D59AF157			
Processo:	1-2220/2026			
Usuário:	THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS			
Criação:	05/02/2026 12:49:58	Finalização:	05/02/2026 12:51:39	
MD5:	E09B226C5994C151A2080AA498C538D8			
SHA256:	48C8883104CB4B2CDA317600FDC819854F3B9CB68C219C54868F22E65AFD3BE1			
Súmula/Objeto:				
Projeto				

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	05/02/2026 12:49:58
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CAMPANHA	05/02/2026 12:49:58
----------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2409401 e o CRC D59AF157.



**SEMASF**

Secretaria Municipal de  
Assistência Social e Família



Estado de Rondônia

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família  
Centro de Referência Especializado de Assistência Social –  
CREAS



**CAMPANHA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA  
A MULHER**

❖ AGOSTO LILÁS

**2026**



# CAMPANHA

Agosto  
Lilás

**#VIOLÊNCIÃO**  
**#RESPEITEMULHER**



Prefeitura Municipal de Ji-Paraná - RO

**AFFONSO CÂNDIDO**

Prefeito do Município de Ji-Paraná – Rondônia.

**MARLEY MUNIZ**

Vice-prefeita do Município de Ji-Paraná – Rondônia

Secretária Municipal de Assistência Social e da Família – INTERINA - SEMASF

**GILSON LOPES SOARES**

Diretor da Proteção Social Especial – PSE

**MARIANA SPINELLI LIMA COLETO**

Coordenadora do CREAS



## 1. Apresentação

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violações de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do Suas.

A Proteção Social Especial - PSE organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violações de direitos. Na organização das ações de PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas demandando, assim, trabalho social especializado.

A Proteção Social Especial, por meio de programas, projetos e serviços especializados de caráter continuado, promove a potencialização de recursos para a superação e prevenção do agravamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras.

As ações desenvolvidas na Proteção Social Especial devem ter centralidade na família e como pressuposto fortalecimento e o resgate de vínculos familiares e comunitários, ou a construção de novas referências, quando for o caso.

Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especialidade do trabalho social ofertado, a atenção na Proteção Social Especial, organiza-se em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.



No âmbito de atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, constituem unidades de referência para a oferta de serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI (oferta obrigatória);
- Serviço Especializado de Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

## **2. Conhecendo o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI**

### **❖ Descrição**

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento à famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.



### ❖ **Usuários**

Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia. Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

### ❖ **Objetivos do PAEFI**

- Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;
- Auxiliar na inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;
- Colaborar no rompimento de padrões violadores de direitos no interior da família;
- Prevenir a reincidência de violações de direitos.

### ❖ **Trabalho Social Essencial ao Serviço**

Acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, monitoramento e avaliação do serviço, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, construção de plano individual e/ou familiar de atendimento, orientação





sociofamiliar; atendimento psicossocial, orientação jurídico-social, referência e contrarreferência, informação, comunicação e defesa de direitos, apoio à família na sua função protetiva, acesso à documentação pessoal, mobilização, identificação da família extensa ou ampliada, articulação da rede de serviços socioassistenciais, articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais, articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, mobilização para o exercício da cidadania, trabalho interdisciplinar, elaboração de relatórios e/ou prontuários, estímulo ao convívio familiar, grupal e social, mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

❖ **Composição atual da Equipe CREAS**

<b>Cargo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Vínculo Funcional</b>	<b>Carga Horária</b>
Coordenadora	01	Nível Superior	Efetivo	30h
Psicóloga	02	Nível Superior	Efetivo/comissionada	30h
Assistente Social	05	Nível Superior	Efetivo/comissionada	30h
Orientadora social	02	Nível Superior	Efetiva	30h
Pedagoga	01	Nível Superior	Comissionada	30h
Zeladora	01	Nível Médio	Efetivo	30h
Agente administrativo	01	Nível Médio	Efetivo	30h
Agente administrativo	01	Nível Médio	Comissionado	40h
Motorista	02	Nível Médio	Terceirizada	40h



### **3. CAMPANHA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - AGOSTO LILÁS**

#### **❖ História do Agosto Lilás**

O Agosto Lilás, enquanto iniciativa governamental no combate à violência contra a mulher, foi estabelecido em 9 de setembro de 2022, quando a lei nº 14.448 foi sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro. A lei 14.448/2022 determinou: *“É instituído, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher”*.

Essa lei surgiu por meio de um projeto de lei de autoria de Carla Dickson. A escolha do mês de agosto foi proposital, uma vez que nele que foi sancionada, em 2006, a Lei Maria da Penha, referência no combate a todos os tipos de violência contra a mulher em nosso país. A primeira realização oficial do Agosto Lilás aconteceu em 2023.

#### **❖ Significado do Agosto Lilás**

O Agosto Lilás é uma campanha de conscientização sobre a violência contra a mulher. A campanha é parte de um esforço de conscientização popular sobre essa questão, incentivando a denúncia e a repressão desses casos em nosso país. É uma campanha que visa à redução da violência contra a mulher no Brasil e que transforma o mês de agosto como um período dedicado à proteção das mulheres em nosso país.

#### **❖ Objetivos do Agosto Lilás**

O Agosto Lilás tem como objetivo contribuir para a conscientização sobre a problemática que é a violência contra a mulher em nosso país. É um mês dedicado a reforçar as iniciativas de proteção às mulheres, tendo como objetivo:

- Propor debates em todo o país sobre a questão da violência contra a mulher.
- Realizar eventos públicos que pensem em políticas públicas em defesa das mulheres que sofrem violências.



- Garantir o acesso à informação sobre os canais de denúncia para relatar casos de violência contra a mulher.
- Conscientizar a população sobre as instituições que atuam em casos de violência contra as mulheres e quais são as medidas que podem ser tomadas para garantir a defesa delas.
- Sensibilizar a população acerca do grave problema que é a violência contra a mulher.
- Cobrar o apoio do governo brasileiro a iniciativas sociais para prevenir a violência contra a mulher.
- Conscientizar a mulher acerca de todos os tipos de violência que ela pode sofrer.

No geral, todas as iniciativas durante o Agosto Lilás objetivam reduzir a violência contra a mulher no Brasil. Além disso, o Agosto Lilás procura difundir informação a respeito das ações a serem tomadas para dar suporte às mulheres que passam por algum tipo de violência.

#### ❖ **Importância do Agosto Lilás**

O Agosto Lilás é uma campanha de grande importância porque luta contra a violência contra a mulher, buscando reduzir esse tipo de crime em nosso país. A importância dessa campanha também está na sua busca por garantir acesso à informação às mulheres que procuram ajuda para sair de uma situação de violência.

Uma das grandes contribuições do Agosto Lilás é sua busca pela popularização de algumas informações vitais para combater a violência contra as mulheres. A primeira delas é conseguir identificar um cenário de violência contra a mulher, uma vez que vai muito além da agressão física. Os tipos de violência que podem ser realizados contra uma mulher são:

- ✓ Violência física: envolvendo qualquer tipo de agressão.
- ✓ Violência sexual: quando a mulher é obrigada a realizar alguma prática sexual contra a sua vontade por meio da força, da intimidação ou do constrangimento.
- ✓ Violência psicológica: ações que envolvem agressões emocionais que buscam degradar, manipular, humilhar uma mulher, entre outros tipos de ações.



- ✓ Violência moral: consiste em promover humilhação pública de uma mulher, expondo atos de sua vida, inventando mentiras contra ela etc.
- ✓ Violência patrimonial: ações que buscam afetar negativamente a vida de uma mulher por meio do dinheiro, afetando seu sustento, controlando dinheiro que pertence a ela, destruindo bens dessa mulher etc.

A partir do momento que o quadro de violência contra a mulher é identificado, o Agosto Lilás também tem grande importância em informar a população sobre os locais de denúncia. Atualmente, o Ligue 180 é o principal canal de denúncia para casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Essa central encaminha as denúncias para os órgãos responsáveis, além de monitorar o avanço das denúncias realizadas. Outras denúncias podem ser feitas pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil; pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; e pelo Telegram, por meio do perfil Direitos Humanos Brasil. O atendimento no Ligue 180 funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Por fim, vale destacar que medidas como o Agosto Lilás são fundamentais no Brasil, uma vez que o histórico de violência contra a mulher é muito extenso aqui. As estatísticas são evidências do tamanho do problema que são a misoginia e a violência contra a mulher no Brasil, pois estima-se que mais de 800 mil estupros ocorram, por ano, em nosso país. Além disso, estima-se que uma mulher é vítima de feminicídio em nosso país a cada sete horas. Esses dados apontam a importância de iniciativas como o Agosto Lilás.



#### **4. Objetivos**

##### **❖ Objetivo Geral**

- Propagar as ações da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família, bem como divulgar os atendimentos ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
- Divulgar o Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da Violência Contra a Mulher.
- Divulgar a Caminhada de Conscientização pelo fim da Violência Contra a Mulher.

##### **❖ Objetivos Específicos**

- Promover a conscientização da população acerca do combate à violência contra a mulher e a violência sexual direcionada a crianças e adolescentes, por meio de iniciativas informativas e educativas;
- Disseminar conhecimento sobre os distintos tipos de violência contra a mulher e quais os meios de pedir ajuda;
- Conscientizar a população da importância em realizar a denúncia em casos de qualquer tipo de violência e buscar ajuda nos serviços especializados e órgãos de proteção do município de Ji-Paraná.

#### **5. Participantes do Projeto**

- ✓ Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.
- ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF.
- ✓ Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Casa da Mulher Ji-Paranaense.



## 6. Abrangência da Campanha Agosto Lilás

O presente projeto será desenvolvido no município de Ji-Paraná, através da SEMASF – Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social que no decorrer do ano trabalha no combate às violações de direito, ofertando às famílias e indivíduos acolhimento, escuta qualificada e apoio psicossocial através dos atendimentos individuais e em grupo.

Em agosto do presente ano, o CREAS intensifica suas ações voltadas a temática da violência contra as mulheres, visto que os casos de violência contra a mulher vem aumentando consideravelmente no Brasil e no estado de Rondônia. Segundo o site G1 – globo.com, *“Rondônia é o segundo estado do país com maior índice de feminicídios”*.

O material solicitado neste projeto será utilizado durante as ações – palestras, eventos, rodas de conversa, grupos -, e principalmente em agosto **que acontecerá a caminhada pelo fim da violência contra à Mulher** que envolve a participação de diversos setores da sociedade civil, estudantes, servidores da Administração Municipal, população e vários órgãos de proteção do município de Ji-Paraná, são eles: poder judiciário, ministério público, ministério público do trabalho, defensoria pública, conselhos tutelares, delegacia especializada de atendimento à mulher; entre outros, que todos os anos estão presentes.



## 7. Descrição do Material – Campanha AGOSTO LILÁS

Item	Descrição detalhada dos Itens solicitados	Quantidade	Justificativa	Evento/atividades
01	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta.  Tamanho P.	120 (cento e vinte)	Disseminar a campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher.  Informar a população sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; os tipos de violência que existem e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda.  Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência contra a mulher em Ji-Paraná.	Ações da Campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.



02	<p>CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta.</p> <p>Tamanho M.</p>	150 (cento e cinquenta)	<p>Disseminar a campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher.</p> <p>Informar a população sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; os tipos de violência que existem e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda.</p> <p>Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência contra a mulher em Ji-Paraná.</p>	<p>Ações da Campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.</p>
----	--	-------------------------	--	--





03	<p>CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO</p> <p>Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta.</p> <p>Tamanho G.</p>	80 (oitenta)	<p>Disseminar a campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher.</p> <p>Informar a população sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; os tipos de violência que existem e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda.</p> <p>Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência contra a mulher em Ji-Paraná.</p>	<p>Ações da Campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.</p>
----	---	-----------------	--	--



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

04	<p>CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO</p> <p>Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta.</p> <p>Tamanho EXTRA GG.</p>	45 (quarenta e cinco)	<p>Disseminar a campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher.</p> <p>Informar a população sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; os tipos de violência que existem e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda.</p> <p>Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência contra a mulher em Ji-Paraná.</p>	<p>Ações da Campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.</p>
----	--	-----------------------	--	--



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

05	<p>SOMBRINHA/GUARD A CHUVA COM ABERTURA MANUAL PORTATIL E FUNCIONAL EM ALUMINIO</p> <p>Sombrinha/guarda chuva com abertura manual portatil e funcional em aluminio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99% dos raios solares UVA e UVB</p> <p>Cor branca com logotipo da campanha agosto lilás</p>	69 (sessenta e nove)	<p>Disseminar a campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher.</p> <p>Informar a população sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; os tipos de violência que existem e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda.</p> <p>Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência contra a mulher em Ji-Paraná.</p>	<p>Ações da Campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.</p>
----	---	-------------------------	--	--



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

06	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA EM PAPEL COUCHE IMPRESSAO COLORIDA) Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couche impressao colorida) Arte da impressao sera confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatorio com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos.	1.000 (mil)	<p>Disseminar a campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher.</p> <p>Informar a população sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; os tipos de violência que existem e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda.</p> <p>Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência contra a mulher em Ji-Paraná.</p>	<p>Ações da Campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.</p>
----	---	-------------	--	--



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

07	CHAVEIRO ACRILICO PERSONALIZADO COM A ARTE DO PROJETO, COLORIDA .SENDO REDONDO/E OU QUADRADO - - 4X4CM. ACRILICO CRISTAL 3MM CORTE A LASER. IMPRESSAO U.V FEITA DIRETO NA PECA. ACOMPANHA CORRENTINHA PADRAO. Chaveiro acrilico personalizado com a arte do projeto, colorida .sendo Redondo/e ou quadrado - - 4x4cm. Acrilico Cristal 3mm corte a Laser. Impressao U.V feita direto na peca. Acompanha correntinha padrao. Arte da impressao sera confeccionada	102 (cento e dois)	<p>Disseminar a campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher.</p> <p>Informar a população sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; os tipos de violência que existem e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda.</p> <p>Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência contra a mulher em Ji-Paraná.</p>	<p>Ações da Campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.</p>
----	--	--------------------	--	--



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

08	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLASTICO, 500 ML, PERSONALIZADA Garrafa, tipo Squeeze material plastico, 500 ml, personalizada Modelo de Descricao: Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecologico, 500ml, personalizada, com tampa de bico (plastico) rosqueavel, com capacidade minima de 500 ml. Personalizado com s	100 (cem)	Disseminar a campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher.  Informar a população sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; os tipos de violência que existem e quais os canais e meios de formalizar a denúncia e pedir ajuda.  Divulgar para a sociedade o papel do CREAS e o trabalho que vem sendo desenvolvido na luta e combate à violência contra a mulher em Ji-Paraná.	Ações da Campanha Agosto Lilás – Mês de Conscientização pelo fim da violência contra a mulher no município de Ji-Paraná, que serão realizadas pelos serviços da Assistência Social, sendo eles: CREAS, CRAS Jardim dos Migrantes, CRAS Morar Melhor, CRAS São Francisco, CRAS Roda Moinho, Centro de Convivência do Idoso CCI, Instituição Adélia, Instituição Girassol, 1º Conselho Tutelar, 2º Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS.
----	--	-----------	---	---

**8. RECURSO FINANCEIRO TOTAL:**

Item	Descrição	Quantidade	Valor Total
01	Camisetas	395	R\$9.710,00
02	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA EM PAPEL COUCHE IMPRESSAO COLORIDA)	1.000	R\$260,00
03	CHAVEIRO ACRILICO PERSONALIZADO	102	R\$316,20
04	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLASTICO, 500 ML, PERSONALIZADA	100	R\$400,00
05	Sombrinha	69	R\$ 3.726,00

**Total estimado: 14.412,20 (quatorze mil, quatrocentos e doze reais e vinte centavos)**



## **Referências Bibliográficas**

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Texto da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

<https://www.facabonito.org/>, acesso em 2024

<https://www.facabonito.org/entendendo>, acesso 2024.

<https://brasile scola.uol.com.br/datas-comemorativas/agosto-lilas.htm>, acesso em fevereiro de 2025.

<https://brasile scola.uol.com.br/datas-comemorativas/agosto-lilas.htm>, acesso em fevereiro de 2025.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. Agosto Lilás – mês de conscientização para o combate da violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/agosto-lilas-mes-de-conscientizacao-para-o-combate-da-violencia-contra-a-mulher>.

DICKSON, Carla. Projeto de Lei. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1914292&file name=Tramitacao-PL%203855/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1914292&file name=Tramitacao-PL%203855/2020).

REDAÇÃO. Agosto Lilás. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/progep/desenvolvimento-de-pessoas/qualidade-de-vida-no-trabalho/agosto-lilas>."





## **ANEXOS**



**SUGESTÃO DA SOMBRINHA**

**Dimensões: aproximadamente 55cm de diâmetro x 40cm de altura**





## CAMISETAS



**SERVIÇOS OFERTADOS PELA  
SEMASF ÀS MULHERES  
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA:**

CREAS - Centro de Referência  
Especializado de Assistência  
Social

Instituição de Acolhimento  
Casa da Mulher Ji-Paranaense



**SEMASF**  
Secretaria Municipal de  
Assistência Social e Família



**Canais de  
Denúncia**  
**Ligue 190-PM RO**

**Em caso de emergência**  
**Ligue 180**  
Central de Atendimento  
à Mulher

É um canal criado pela Secretaria  
Nacional de Políticas para as  
Mulheres, que presta uma escuta e  
acolhida qualificada às mulheres  
em situação de violência.

**SOLICITAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA  
ATRAVÉS DO SITE**

<https://medidasprotetivasonline.tjro.jus.br/>

**CAMPANHA**



**#VIOLÊNCIANÃO**  
**#RESPEITEMULHER**

LEI MARIA DA PENHA  
LEI Nº 11.340/2006  
TÍTULO II  
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA  
A MULHER  
CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5 Para os efeitos desta Lei, configura  
violência doméstica e familiar contra a  
mulher qualquer ação ou omissão  
baseada no gênero que lhe cause morte,  
lesão, sofrimento físico, sexual ou  
psicológico e dano moral ou patrimonial:  
(Vide Lei complementar nº 150, de 2015)  
I - no âmbito da unidade doméstica,  
compreendida como o espaço de convívio  
permanente de pessoas, com ou sem  
vínculo familiar inclusive as  
esporadicamente agregadas;  
II - no âmbito da família, compreendida  
como a comunidade formada por  
indivíduos que são ou se consideram  
aparentados, unidos por laços naturais,  
por afinidade ou por vontade expressa;  
III - em qualquer relação íntima de afeto,  
na qual o agressor conviva ou tenha  
convivido com a ofendida,  
independentemente de coabitação.  
Parágrafo único. As relações pessoais  
enunciadas neste artigo independem de  
orientação sexual.

**TIPOS DE VIOLÊNCIA**  
**FÍSICA**

Agressões que provoquem danos ao  
corpo da mulher, podendo causar a  
morte  
(feminicídio), como: tapas, murros,  
empurrões, puxões de cabelo, pontapés,  
arranhões, prender, afogamentos ou  
provocação de queimaduras.

**PSICOLÓGICA**

Comentários maldosos, humilhações,  
xingamentos, chantagem, fazer com que  
a mulher acredite que está louca, expor  
a sua intimidade na internet através de  
vídeo elou fotos sem a permissão dela e  
controlar as ações, crenças e vontades  
são exemplos de violência psicológica.

**SEXUAL**

A violência sexual é praticada por meio  
de ações nas quais a mulher é  
ameaçada ou forçada a  
presenciar/manter relação sexual sem  
seu consentimento, inclusive quando o  
agressor é marido ou namorado.

**PATRIMONIAL**

Tomar, esconder, subtrair, destruir  
documentos pessoais e de trabalho, bens e  
dinheiro da mulher. Impedi-la de receber  
salários, pensões, indenizações também é  
considerado violência.

**MORAL**

Calúnias, insultos, difamações, injúrias e  
mentiras são os exemplos mais comuns.  
Expor momentos íntimos na internet, seja  
por vídeo ou foto, sem a permissão da  
mulher também caracteriza violência  
moral.

**POLÍTICA**

Impedir o uso do lugar de fala de mulher  
candidata ou eleita, questionar a vida  
privada da mulher e se apropriar da ideia  
de uma mulher são algumas das formas de  
violência política.

**INSTITUCIONAL**

Constranger e/ou ofender mulheres  
vítimas/testemunhas em audiências ou  
sessões. Na violência institucional, os  
agressores (as) tentam manchar, rebaixar a  
imagem da mulher perante o órgão  
julgador para diminuir ou mesmo retirar o  
caráter criminoso do abuso sofrido.

**FOLDER** - Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couche 90g fosco,  
impressão colorida com logotipo da campanha.

**CAMPANHA AGOSTO LILÁS**





**CHAVEIRO**





## GARRAFA







## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	1	17/01/2026

ID: 2348322

CRC: 5BC645C1

Processo: 0-0/0

Usuário: MARIANA SPINELLI LIMA COLETO

Criação: 17/01/2026 11:45:02 Finalização: 17/01/2026 11:45:09

Processo



Documento



MD5: F052E30863175920F913E89D41ED754D

SHA256: 2C47CDC0E01B609CCF3DE4534F59ABE0436C996B4AAB506774DF30D8140B1B2B

Súmula/Objeto:

**RESPOSTA AO MEMORANDO CIRCULAR 01/2026 - CAMPANHAS FAÇA BONITO E AGOSTO LILAS**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	17/01/2026 11:45:02
---	-----------	----	---------------------

#### ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO	17/01/2026 11:45:02
----------------	---------------------

#### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 48	17/01/2026	2348317
----------------------	------------	---------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2348322 e o CRC 5BC645C1.





## Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Projeto</b>	<b>Agosto Lilás</b>	<b>05/02/2026</b>

ID:	<b>2409424</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>498F6772</b>		
Processo:	<b>1-2220/2026</b>		
Usuário:	<b>THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS</b>		
Criação:	<b>05/02/2026 12:51:57</b>	Finalização:	<b>05/02/2026 12:53:05</b>

MD5:	<b>63EB80EBB3640EE5068814B255D58FFC</b>
SHA256:	<b>DD715BC95590340F38221E2276547E83794ED0FE749BA16D44EA44958C2341E1</b>

Súmula/Objeto:

**Projeto**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	05/02/2026 12:51:57
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CAMPANHA	05/02/2026 12:51:57
----------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2409424 e o CRC 498F6772.



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP a aquisição de bens de consumo e materiais gráficos destinados à realização de duas campanhas anuais promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, compreendido em:

- a. Maio Laranja/Faça Bonito - Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Será promovida a conscientização da população acerca do combate à violência sexual direcionada a crianças e adolescentes, por meio de iniciativas informativas e educativas, de modo a disseminar o conhecimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e conscientizar a população da importância em realizar a denúncia e buscar ajuda em caso de qualquer tipo de violência;
- b. Agosto Lilás - Campanha de Combate à Violência contra a Mulher. Será realizada mobilização com o objetivo de informar e sensibilizar a população acerca das ações desenvolvidas pela SEMASF, bem como promover e fortalecer estratégias de prevenção às diversas formas de violência.

A adoção de um único processo para a aquisição dos bens permanentes e materiais gráficos destinados aos eventos Maio Laranja e Agosto Lilás, promovidos pela SEMASF justifica-se pela similaridade dos objetos, pela previsibilidade anual das ações e pela convergência de finalidades institucionais voltadas à prevenção e ao enfrentamento das violências. A centralização da contratação em um único procedimento proporciona eficiência administrativa, padronização dos materiais, racionalização dos custos operacionais e economia de escala, além de reduzir o tempo e os recursos despendidos com a tramitação de processos distintos.

Tal medida favorece o planejamento das atividades, assegura tempestividade na execução das campanhas e observa os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, sem prejuízo da adequada especificação dos quantitativos e da destinação de cada item ao respectivo evento.

### **1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - JUSTIFICATIVA**

1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar a realização das campanhas institucionais Maio Laranja Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Agosto Lilás Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, promovidas anualmente pela SEMASF.

1.2. Tais ações possuem caráter preventivo, educativo e mobilizador, sendo fundamentais para a disseminação de informações qualificadas, sensibilização da população e fortalecimento da rede de proteção social.

1.3. No âmbito do Maio Laranja, busca-se ampliar a conscientização sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, incentivando a identificação de sinais, a denúncia e o acesso aos serviços de apoio. O intuito da ação é estimular as denúncias de casos sabidos, além de trabalhar o despertar para as noções básicas de prevenção e defesa do público alvo no que se refere às investidas dos atores desse fenômeno e garantir o cumprimento do disposto nos artigos 24, 203 e 227 da Constituição Federal nos preceitos da Lei 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei 14.432/2022 que institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

1.4. No mesmo sentido, a Lei nº 14.448/2022 que institui em âmbito nacional o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher. Neste contexto, a campanha Agosto Lilás tem como finalidade informar e sensibilizar a sociedade quanto às diversas formas de violência contra a mulher, bem como divulgar os serviços e estratégias de prevenção desenvolvidos pela SEMASF. Assim, a aquisição de bens de consumo e materiais gráficos mostra-se indispensável para garantir a adequada estruturação, visibilidade e efetividade das ações, possibilitando a ampla divulgação das informações, o alcance do público-alvo e o cumprimento das atribuições institucionais do poder público na proteção e promoção de direitos, em consonância com o interesse público e com as políticas de enfrentamento às violências.

1.5. Portanto, a aquisição de materiais temáticos, tais como camisetas, sombrinhas, bonés, chaveiros, *folders* e garrafas tipo *squeeze*, justifica-se pela necessidade de assegurar identidade visual padronizada e ampla divulgação das campanhas institucionais, fortalecendo o reconhecimento público das ações desenvolvidas pela SEMASF. Esses itens, personalizados com elementos gráficos alusivos ao Maio Laranja e ao Agosto Lilás, funcionarão como instrumentos estratégicos de comunicação social, permitindo a identificação visual dos eventos, bem como a disseminação contínua das mensagens de prevenção e enfrentamento às violências.

1.6. Ainda, os bens a serem adquiridos têm o condão de apoiar a organização e a visibilidade das atividades, os materiais promocionais ampliam o alcance das campanhas para além dos espaços formais de realização, favorecendo a sensibilização da população, a fixação das informações transmitidas e o engajamento comunitário, contribuindo para a efetividade das ações educativas e de mobilização social.

## **2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Conforme preconiza a Lei Federal 14.133/2021 a demanda foi inserida no DFD - Formalização de Demanda CAMPANHA FAÇA BONITO de 04/02/2026 (ID 2402544) e DFD - Formalização de Demanda AGOSTO LILÁS de 04/02/2026 (ID 2402732), elaboradas por esta Secretaria, no intuito de promover melhor governança das contratações públicas por meio do planejamento eficiente e a boa gestão orçamentária.

2.2. A contratação de bens de consumo e materiais gráficos encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, vinculada aos DFDs mencionados (ID 2402544 e ID 2402732), o que demonstra sua prévia programação e o alinhamento com o planejamento orçamentário e com a estratégia institucional de contratações desta Administração para o exercício de 2026.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação deverá observar requisitos mínimos de qualidade, padronização e adequação às finalidades institucionais das campanhas Maio Laranja e Agosto Lilás, garantindo que os bens permanentes e materiais gráficos atendam plenamente às necessidades de divulgação, identificação visual e apoio logístico dos eventos. Os itens deverão ser novos, sem uso anterior, confeccionados com materiais resistentes, duráveis e apropriados ao manuseio frequente, devendo apresentar acabamento adequado, impressão nítida e fiel às artes fornecidas pela SEMASF, com cores, dimensões e especificações técnicas previamente aprovadas.

3.2. A personalização deverá respeitar integralmente a identidade visual de cada campanha, assegurando uniformidade e fácil reconhecimento pelo público.

3.3. A contratada deverá possuir capacidade técnica para produção e fornecimento dos itens nos quantitativos e prazos estabelecidos, responsabilizando-se pela qualidade dos materiais, pela substituição de produtos que apresentem defeitos ou divergências e pelo cumprimento das normas aplicáveis.

3.4. A execução do objeto se dará mediante a entrega parcelado dos bens de consumo e materiais gráficos, considerando os eventos e datas distintas, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, na sede da SEMASF, situada à Av. Marechal Rondon, nº 1380 - Centro (ao lado do Feirão do Produtor - 1º distrito) - Ji-Paraná/RO.

3.5. Os bens de consumo e materiais gráficos deverão ser entregues na sede da SEMASF com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, no horário compreendido entre 7h30min e 13h30min, até a data limite de:

- 18 de Maio/2026 - MAIO LARANJA/FAÇA BONITO;
- 10 de Agosto/2026 - AGOSTO LILÁS.

3.6. Ademais, a entrega deverá ocorrer de forma a não comprometer o cronograma dos eventos, garantindo a tempestiva disponibilização dos materiais para execução das ações programadas.

### **4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

4.1. A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi realizada pela Secretaria de Assistência Social através CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social. A metodologia aplicada para calcular o quantitativo proposto foi a realização da média aritmética simples das aquisições/consumo dos anos anteriores.

4.2. Considerando que a Campanha Agosto Lilás está na 1ª Edição, o valor/quantidade de itens estimados da contratação se pautam em evento similar realizado pela SEMASF (Campanha Faça Bonito - Termo de Referência 13 de 14/04/2025 (ID 1681686).

4.3. A estimativa da quantidade considera a participação de servidores da SEMASF e do Sistema de Garantias de Direito.

4.4. Dessa forma, o objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas nas tabelas de itens 4.6 e 4.7.

4.5. O quantitativo levantado por este ETP encontra respaldo nos dados constantes no Projeto Faça Bonito de 05/02/2026 (ID 2409401) e Projeto Agosto Lilás de 05/02/2026 (ID 2409424) especificados na Tabela Faça Bonito de 05/02/2026 (ID 2409446) e Tabela Agosto Lilás de 05/02/2026 (ID 2409460), os quais foram construídos a partir de necessidades identificadas pela SEMASF, da seguinte forma:

4.6. Tabela "AGOSTO LILÁS" Tabela Agosto Lilás de 05/02/2026 (ID 2409460)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QTD	\$ UNIT	\$ TOTAL
01	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO - Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha, Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho P.</b>	und	120	R\$19,90	R\$2.388,00
02	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO- Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho M.</b>	und	150	R\$24,40	R\$3.660,00
03	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO - Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho G.</b>	und	80	R\$24,40	R\$1.952,00
04	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO - Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho EXTRA GG.</b>	und	45	R\$38,00	R\$1.710,00
05	SOMBRINHA/GUARDA CHUVA COM ABERTURA MANUAL PORTATIL E FUNCIONAL EM ALUMINIO - Sombrinha/guarda chuva com abertura manual portatil e funcional em aluminio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99% dos raios solares UVA e UVB	und	69	R\$54,00	R\$3.726,00
06	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA EM PAPEL COUCHE IMPRESSAO COLORIDA) Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couche impressao colorida) Arte da impressao sera confeccionada juntamente com empresa	und	1.000	R\$0,26	R\$260,00

	ganhadora certame licitatorio com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir.				
07	CHAVEIRO ACRILICO PERSONALIZADO COM A ARTE DO PROJETO, COLORIDA .SENDO REDONDO/E OU QUADRADO - 4X4CM. ACRILICO CRISTAL 3MM CORTE A LASER. IMPRESSAO U.V FEITA DIRETO NA PECA. ACOMPANHA CORRENTINHA PADRAO. Chaveiro acrilico personalizado com a arte do projeto, colorida .sendo Redondo/e ou quadrado - 4x4cm. Acrilico Cristal 3mm corte a Laser. Impressao U.V feita direto na peca. Acompanha correntinha padrao. Arte da impressao sera confeccionada.	und	102	R\$3,10	R\$316,20
08	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLASTICO, 500ML, PERSONALIZADA Garrafa, tipo Squeeze material plastico, 500 ml, personalizada Modelo de Descricao: Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecologico, 500ml,personalizada, com tampa de bico (plastico) rosqueavel, com capacidade minima de 500 ml. Personalizado.	und	100	R\$4,00	R\$400,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 14.412,20</b>	

4.7. Tabela "**FAÇA BONITO**" Tabela Faça Bonito de 05/02/2026 (ID 2409446)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QTD	\$ UNIT	\$ TOTAL
01	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho 06 anos.</b>	und	40	R\$26,00	R\$1.040,00
02	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMACAO - Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimacao total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. <b>Tamanho 08 anos.</b>	und	40	R\$26,00	R\$1.040,00
03	BALOES PERSONALIZADOS, NA COR LARANJADO,COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FACA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Baloes personalizados, na cor laranjado, com logo tipo da Campanha Faca Bonito, conforme modelo anexo IV.	und	500	R\$0,99	R\$495,00
04	BALOES PERSONALIZADOS, NA COR BRANCO, COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FACA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Baloes personalizados, na cor branco, com logo tipo da Campanha Faca Bonito, conforme modelo anexo III.	und	500	R\$0,99	R\$495,00
05	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA EM PAPEL COUCHE IMPRESSAO COLORIDA) Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couche impressao colorida) Arte da impressao sera confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatorio com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir.	und	5.000	R\$0,26	R\$1.300,00
06	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling.	und	70	R\$26,00	R\$1.820,00

	Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho <b>tamanho PP.</b>				
07	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, <b>tamanho P.</b>	und	150	R\$35,00	R\$5.250,00
08	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, <b>tamanho M.</b>	und	200	R\$35,00	R\$7.000,00
09	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, <b>tamanho G.</b>	und	150	R\$35,00	R\$5.250,00
10	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca <b>tamanho GG.</b>	und	150	R\$35,00	R\$5.250,00
11	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressao personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca <b>XGG.</b>	und	50	R\$35,00	R\$1.750,00
12	SOMBRINHA/GUARDA CHUVA COM ABERTURA MANUAL PORTATIL E FUNCIONAL EM ALUMINIO - Sombriinha/guarda chuva com abertura manual portatil e funcional em aluminio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99% dos raios solares UVA e UVB	und	300	R\$54,00	R\$16.200,00
13	CHAVEIRO ACRILICO PERSONALIZADO COM A ARTE DO PROJETO, COLORIDA .SENDO REDONDO/E OU QUADRADO - - 4X4CM. ACRILICO CRISTAL 3MM CORTE A LASER. IMPRESSAO U.V FEITA DIRETO NA PECA. ACOMPANHA CORRENTINHA PADRAO. Chaveiro acrilico personalizado com a arte do projeto, colorida .sendo Redondo/e ou quadrado - - 4x4cm. Acrilico Cristal 3mm corte a Laser. Impressao U.V feita direto na peca. Acompanha correntinha padrao. Arte da impressao sera confeccionada	und	240	R\$3,10	R\$744,00
14	BANNER EM LONA FOSCA COM IMPRESSAO DIGITAL 2,20 MTS X 3,0 - Banner em Lona fosca com Impressao Digital 2,20 mts x 3,0mts. Arte da impressao sera confeccionada juntamente com empresa	und	03	R\$100,00	R\$300,00



	ganhadora certame licitatorio com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos.				
15	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLASTICO, 500ML, PERSONALIZADA Garrafa, tipo Squeeze material plastico, 500 ml, personalizada Modelo de Descricao: Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecologico, 500ml, personalizada, com tampa de bico (plastico) rosqueavel, com capacidade minima de 500 ml. Personalizado	und	199	R\$4,00	R\$796,00
<b>TOTAL:</b>					<b>R\$ 48.730,00</b>

4.8. O levantamento prévio de preços se demonstra por meio da Cotação Faça Bonito e Agosto Lilás de 13/02/2026 (ID 2435631)

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Em pesquisa sobre o panorama do mercado na *internet* que foi realizado para obter informações sobre aquisição dos bens de consumo e serviços gráficos pela Administração Pública Municipal.

5.2. Para estimativa de preços unitários, adotou-se, excepcionalmente, como preços médios aqueles obtidos através de pesquisa de preços no mercado local de acordo com o art. 23 da Lei 14.133/2021 Cotação Faça Bonito e Agosto Lilás de 13/02/2026 (ID 2435631).

5.3. Os Processos Administrativos nº 1003/2025 Faça Bonito (Campanha Maio Laranja) e nº 4327/2025 Agosto Lilás constituem referências recentes de aquisições realizadas para viabilizar ações de mobilização social, divulgação institucional e conscientização da população no âmbito das campanhas anuais promovidas pela SEMASF. Tais contratações envolveram o fornecimento de materiais gráficos e promocionais destinados ao apoio logístico e à ampliação do alcance das atividades, demonstrando a recorrência, previsibilidade e necessidade contínua desse tipo de aquisição para a execução das políticas públicas de prevenção e enfrentamento às violências. Assim, os referidos processos servem como parâmetro técnico e administrativo para a presente contratação, subsidiando a estimativa de quantitativos, especificações e custos, bem como evidenciando a experiência prévia da Administração na condução de objetos de natureza semelhante.

5.4. O objeto desta contratação é considerado comum. A seleção dos fornecedores será realizada por meio de Pregão Eletrônico, visando garantir a transparência e a competitividade na escolha dos mesmos.

5.5. Para a aquisição de bens de consumo e materiais gráficos destinados à realização dos eventos previstos nos Projetos Faça Bonito e Agosto Lilás, foram analisadas as possibilidades de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de identificar a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, considerando a natureza do objeto e as necessidades do projeto.

5.6. Pregão Eletrônico - Trata-se de modalidade indicada para a contratação de bens e serviços comuns, por meio de critérios objetivos de julgamento. Possibilita ampla participação de fornecedores, promove maior competitividade e transparência e tende a resultar em melhores condições de preço e qualidade, razão pela qual se apresenta como a modalidade preferencial para o objeto em questão.

5.7. A adesão à Ata de Registro de Preços, embora constitua alternativa legalmente admitida, não se mostra a opção mais adequada para a presente contratação, em razão das especificidades dos materiais gráficos e promocionais pretendidos, que exigem personalização integral, adequação à identidade visual própria das campanhas e controle rigoroso das características técnicas e qualitativas. Em geral, atas vigentes contemplam itens padronizados, não assegurando a compatibilidade necessária quanto a layout, cores institucionais, dimensões, acabamentos e demais requisitos específicos definidos pela SEMASF.

5.7.1. Ademais, a realização de procedimento próprio confere maior controle sobre todas as etapas da contratação desde a definição detalhada das especificações até o acompanhamento da execução e validação dos produtos reduzindo riscos de inconformidades, retrabalho e desperdício de recursos públicos. Dessa forma, a instauração de processo licitatório específico mostra-se mais adequada para garantir o atendimento preciso da demanda, a qualidade dos materiais fornecidos e a efetividade das ações institucionais planejadas.

5.8. O levantamento permitiu identificar as condições usuais praticadas no mercado, dentre as quais destacam-se:

- Prazos médios de entrega variando conforme o volume e a complexidade do objeto;
- Garantia contra defeitos de fabricação e falhas de impressão;
- Fornecimento parcelado conforme demanda;
- Possibilidade de contratação por item ou por lote;
- Pagamento mediante empenho e liquidação após entrega ou execução do serviço;
- Exigência de prova digital (no caso de serviços gráficos) antes da produção definitiva.

Constatou-se que o mercado apresenta competitividade suficiente para assegurar ampla disputa, em observância aos princípios da isonomia, da competitividade e da vantajosidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.9. Portanto, diante da natureza do objeto, verifica-se que a contratação poderá ser realizada, preferencialmente, por meio de Pregão Eletrônico, modalidade que confere à Administração maior controle sobre todas as etapas do procedimento, desde a definição das condições de participação até a execução contratual, assegurando maior transparência, competitividade e aderência às necessidades específicas do objeto deste ETP.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ACOMPANHADA DOS PREÇOS REFERENCIAIS**

6.1. Estimativas de valores para a contratação acompanhada dos preços unitários referenciais foram obtidos por meio de pesquisa de preços conforme previsto no artigo 23 da lei 14.133/0021.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

6.2. A estimativa do valor para contratação dos serviços foi estabelecida mediante pesquisa de mercado com prestadores existentes no município, haja visto que em razão das especificidades do serviço, o constante aumento no valor dos serviços.

6.3. O valor total estimado para atender a demanda é **R\$ 70.073,72 (setenta mil, setenta e três reais e setenta e dois centavos).**

6.4. Os valores e quantidades de itens estimados da contratação se pautam, essencialmente, no evento realizado no ano de 2025, bem como na [Cotação MAPA DE APURAÇÃO de 11/03/2026 \(ID 2505398\)](#), [Cotação CONSOLIDADO de 11/03/2026 \(ID 2505399\)](#) e [Cotação RESULTADO DE COTAÇÃO de 11/03/2026 \(ID 2505400\)](#):

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

ID	DATA	OBJETO	VALOR TOTAL
118019	10/03/2026	PROCESSO 2220/2026 - aquisição de bens de consumo e materiais gráficos para as campanha MAIO LARANJA/ FAÇO BONITO	R\$ 70.073,72

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAIOL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATACOES PUBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - MFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MEDIA ARITMETICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 001	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO	UN 40,00	////	17,90	////	////	21,99	////	////	22,00	20,63 825,20	15,25%
I 001 002	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho 08 anos	UN 40,00	29,89	////	////	////	////	32,00	////	32,00	31,30 1.252,00	4,72%
I 001 003	BALÕES PERSONALIZADOS, NA COR LARANJADO, COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FA ÇA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Balões personalizados, na cor laranjado, com logo tipo da Campanha Faça Bonito, conforme modelo anexo IV.	UN 500,00	////	////	1,20	1,00	1,19	////	////	////	1,13 565,00	13,00%
I 001 004	BALÕES PERSONALIZADOS, NA COR BRANCO, COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FAÇA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Balões personalizados, na cor branco, com logo tipo da Campanha Faça Bonito, conforme modelo anexo III.	UN 500,00	////	////	1,20	1,00	1,19	////	////	////	1,13 565,00	13,00%
I 001 005	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA EM PAPEL COUCHÉ IM PRESSÃO COLORIDA) Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couché impressão colorida) Arte da impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgi r dos eventos	UN 6.000,00	////	0,40	0,40	////	////	0,40	////	////	0,40 2.400,00	0,00%
I 001 006	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca tamanho GG	UN 150,00	////	////	////	34,90	35,50	////	////	////	35,20 5.280,00	0,86%
I 001 007	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca XGG	UN 50,00	////	////	////	34,90	37,50	////	////	////	36,20 1.810,00	3,72%
I 001 008	SOMBRIINHA/GUARDA CHUVA COM ABERTURA MANUAL PORTÁTIL E FUNCIONAL EM ALUMÍNIO Sombriinha/guarda chuva com abertura manual portátil e funcional em alumínio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99% dos raios solares UVA e UVB	UN 369,00	////	59,90	50,00	////	////	////	60,00	////	56,63 20.896,47	13,26%



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)

Página 1/3  
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 118019  
CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA  
49.999.622/0001-64



ID: 2505398 e CRC: 8E8DAED9

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAIOL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATACOES PUBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - MFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MEDIA ARITMETICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 009	CHAVEIRO ACRÍLICO PERSONALIZADO COM A ARTE DO PROJETO, COLORIDA .SEND O REDONDO/E OU QUADRADO - - 4X4CM. ACRÍLICO CRISTAL 3MM CORTE A LASER. I IMPRESSÃO U.V FEITA DIRETO NA PEÇA. A CAMPANHA CORRENTINHA PADRÃO.	UN 342,00	////	////	////	////	5,00	4,50	////	4,50	4,67 1.597,14	3,78%
I 001 010	BANNER EM LONA FOSCA COM IMPRESSÃO DIGITAL 2,20 MTS X 3,0 MTS Banner em Lona fosca com Impressão Digital 2,20 mts x 3,0 mts. Arte da impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos.	UN 3,00	////	////	111,73	////	120,00	////	////	100,00	110,58 331,74	10,58%
I 001 011	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLASTICO, 500 ML. PERSONALIZADA Garrafa, tipo Squeeze material plástico, 500 ml, personalizada Modelo de Descrição: Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecológico, 500ml, personalizada, com tampa de bico (plástico) rosqueável, com capacidade mínima de 500 ml. Perso nalizado com siksreen que não descasque. Material 100% reciclável translúcido e tampa branca . Tamanho mínimos aproximados Altura: 13,5cm; circunferência: 22,5cm; diâmetro:...	UN 299,00	////	////	6,98	////	////	6,50	////	7,00	6,83 2.042,17	5,08%
I 001 012	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho PP.	UN 70,00	////	////	33,00	////	30,95	////	////	////	31,98 2.238,60	3,33%
I 001 013	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho P	UN 150,00	////	////	////	34,90	35,50	////	////	////	35,20 5.280,00	0,86%
I 001 014	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho M	UN 200,00	////	////	////	34,90	35,50	////	////	////	35,20 7.040,00	0,86%
I 001 015	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho G	UN 150,00	////	////	////	34,90	41,50	////	////	////	38,20 5.730,00	9,46%
I 001 016	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho P.	un 120,00	25,00	////	////	////	////	24,90	////	25,00	24,97 2.996,40	0,28%
I 001 017	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho M.	un 150,00	29,89	////	////	////	////	32,00	////	32,00	31,30 4.695,00	4,72%
I 001 018	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho G.	un 80,00	29,89	////	////	////	////	32,00	////	32,00	31,30 2.504,00	4,72%



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)

Página 2/3  
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 118019  
CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA  
49.999.622/0001-64

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - MFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 019	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho EXTRA GG.	un 45,00	45,00	////	////	////	45,00	////	////	45,00	45,00 2.025,00	0,00%
Valor total do anexo após análise			13.095,30	25.219,10	26.782,21	25.430,00	34.181,10	17.510,50	22.140,00	18.477,00		
Valor total geral do anexo			13.095,30	25.219,10	26.782,21	25.430,00	34.181,10	17.510,50	22.140,00	18.477,00	R\$ 70.073,72	

Servidor  
Responsável: Diego Lucas Rioja  
Ferreira



- 6.4.1. O valor estimado inicialmente para a presente contratação foi definido com base em levantamento preliminar realizado pela unidade demandante, considerando parâmetros gerais de mercado e estimativas históricas de contratações similares.
- 6.4.2. Contudo, no curso da instrução processual, a Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL procedeu à pesquisa de preços de forma mais ampla e detalhada, em conformidade com os critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, contemplando fontes diversas, tais como contratações públicas similares, bancos de preços oficiais e consultas a fornecedores do ramo.
- 6.4.3. Em razão da metodologia mais aprofundada adotada pela SUPECOL, o valor apurado apresentou divergência em relação à estimativa inicial, refletindo de maneira mais fidedigna os preços praticados no mercado à época da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

7.1. A Lei nº 14.432/2022 que Institui a campanha Maio Laranja, a ser realizada no mês de maio de cada ano, em todo o território nacional, com ações efetivas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, no inciso III, artigo 2º, dispõe:

Art. 2º Durante a campanha Maio Laranja serão realizadas atividades para conscientização sobre o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. III - veiculação de campanhas de mídia e disponibilização à população de informações em banners, em folders e em outros materiais ilustra vos e exemplifica vos sobre a prevenção e o combate ao

*abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, que contemplem a generalidade do tema.*

7.2. A Lei nº 14.448/2022 institui, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher:

*Art. 2º É instituído, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher. Art. 3º Durante todo o mês de agosto, anualmente, a União e os demais entes federados envidarão esforços para a promoção de ações intersetoriais de conscientização e para o esclarecimento sobre as diferentes formas de violência contra a mulher, com o objetivo de: I orientar e difundir as medidas que podem ser adotadas, judicial e administrativamente, bem como informar sobre os órgãos e as entidades envolvidos, sobre as redes de suporte disponíveis e sobre os canais de comunicação existentes; II promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral à mulher em situação de violência; III apoiar, ainda que tecnicamente, as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade com o intuito de prevenir, de combater e de enfrentar os diferentes tipos de violência contra a mulher; IV estimular a conscientização da sociedade para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher iluminando os prédios públicos com luz de cor lilás; V veicular campanhas de mídia e disponibilizar informações à população por meio de banners, folders e outros materiais ilustrativos e exemplificativos sobre as diferentes formas de violência contra a mulher e sobre os mecanismos de prevenção, os canais disponíveis para denúncia de casos de violência e os instrumentos de proteção às vítimas; e VI adotar outras medidas com o propósito de esclarecer e sensibilizar a sociedade e de estimular ações preventivas e campanhas educativas, inclusive para difundir como cada um pode contribuir para o fim da violência contra a mulher.*

7.3. Considerando as características de utilização, as quantidades estimadas e os valores obtidos no levantamento de mercado, a aquisição dos bens de consumo e dos materiais gráficos mostra-se solução adequada para atendimento das necessidades identificadas. A opção pela aquisição fundamenta-se na análise das demandas específicas do evento, na compatibilidade com os preços praticados no mercado e na viabilidade operacional da contratação, observados os princípios da economicidade, eficiência e do interesse público. O mérito administrativo encontra respaldo no Princípio da Oportunidade e Conveniência, cabendo à Administração, dentro da discricionariedade técnica, definir a solução que melhor atenda às finalidades institucionais, desde que devidamente motivada e alinhada aos elementos constantes no estudo técnico preliminar e no levantamento de mercado.

- Grupo 1 - Materiais de Consumo: camisetas, bonés, garrafas, balões, sombrinhas e demais itens correlatos.
  - Critério de julgamento: **menor preço por item**, de modo a garantir maior competitividade entre fornecedores e assegurar a economicidade na aquisição de cada produto específico.
- Grupo 2 - Materiais Gráficos: *banners*, panfletos, adesivos e demais materiais gráficos.

- Critério de julgamento: **menor preço por lote**, considerando que a contratação conjunta desses itens permite padronização, eficiência logística e otimização da execução do evento.

7.4. A solução mais adequada seria a identificação dos itens com valor de mercado e a realização de processo licitatório para satisfazer a demanda da SEMASF. Nesse sentido, o procedimento licitatório seguirá, preferencialmente, via PREGÃO ELETRÔNICO, sistema que se mostra mais vantajoso, uma vez que não compromete integralmente a Administração Pública, permitindo assim que as contratações sejam viabilizadas conforme as necessidades.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Tendo em vista a natureza mista do objeto contratado, observa-se que os bens de consumo e os materiais gráficos serão utilizados em duas campanhas distintas, necessária a divisão em lotes, da seguinte forma:

- a. **Grupo 1 - bens de consumo** - São autônomos em suas funcionalidades e especificações técnicas, sendo perfeitamente possível a contratação isolada, ou seja, o **PARCELAMENTO** da contratação, sem prejuízo à padronização ou interoperabilidade.
- b. **Grupo 2 - materiais gráficos** - Em razão das características do objeto a ser contratado, não se mostra viável a divisão da contratação em itens, considerando a necessidade de padronização, uniformidade visual e compatibilidade técnica entre os materiais gráficos. Dessa forma, o objeto **NÃO será parcelado** em itens.

## 9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Alcançar a conscientização, a mobilização e a sensibilização da comunidade em relação aos temas abordados, promovendo ações preventivas e fortalecendo a política de denúncia, de forma eficiente no uso de recursos humanos, materiais e financeiros.

9.2. Despertar a atenção da população para a importância da prevenção e combate ao abuso, à exploração sexual e a violência contra as mulheres, crianças e adolescentes. Incentivar a participação ativa da comunidade nas ações da campanha. Ampliar o conhecimento sobre os meios de denúncia disponíveis para casos de abuso, exploração sexual e violência, buscando a melhor relação custo-benefício na execução das atividades.

9.3. Fornecer informações educativas sobre como identificar sinais de abuso, exploração sexual e violência. Incentivar práticas preventivas no ambiente familiar, escolar e comunitário. Garantir a visibilidade da campanha por meio de materiais de consumo e gráficos atrativos e impactantes, otimizando a utilização dos recursos materiais e logísticos disponíveis.



9.4. Oferecer informações sobre os serviços de apoio disponíveis para vítimas e suas famílias, assegurando que a comunicação seja eficiente e alcance o público-alvo de forma eficaz e econômica.

## **10. ATOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Antes da formalização da contratação, deverão ser observadas as seguintes providências pela Administração:

- I. Aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR), como documentos indispensáveis para subsidiar a fase de planejamento da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;
- II. Realização de pesquisa de preços atualizada, com base em cotações junto a fornecedores locais, Painel de Preços e outras fontes oficiais, a fim de apurar o valor estimado da contratação;
- III. Verificação de disponibilidade orçamentária, mediante emissão de nota de empenho ou reserva de dotação, assegurando a compatibilidade da despesa com a Lei Orçamentária Anual;
- IV. Publicação do aviso de contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais meios previstos em lei;
- V. Análise da viabilidade de parcelamento em lotes distintos (bens de consumo, materiais gráficos e prestação de serviços), conforme recomendado neste ETP, observando os critérios de economicidade e competitividade;
- VI. Definição clara dos critérios de recebimento dos itens, contemplando inspeção de qualidade, prazo de validade, conformidade com normas de segurança (especialmente INMETRO) e substituição em caso de não conformidade;
- VII. Inclusão de cláusulas contratuais de garantia e sanções, prevendo penalidades em caso de descumprimento de prazos ou fornecimento inadequado dos itens e serviços;
- VIII. Estabelecimento de cronograma de entrega que assegure a disponibilização integral dos bens, materiais gráficos e prestação de serviços em prazo hábil para a realização do evento.
- IX. Como medida preparatória, a SEMASF deverá organizar equipe técnica e administrativa responsável por coordenar, acompanhar, fiscalizar e operacionalizar a entrega do objeto, definindo atribuições, fluxos de trabalho e responsáveis pelo recebimento, conferência e registro das condições do produto no ato da entrega.
- X. Previamente à celebração do contrato decorrente do presente processo de contratação, SEMASF deverá designar através de portaria os servidores que irão atuar como Gestor do Contrato,

responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual, bem como a indicação de Fiscal do Contrato, ao qual competirá a fiscalização direta da prestação do serviço ou fornecimento do objeto contratado será constituída Comissão de Recebimento, com a finalidade de proceder à verificação e ao recebimento do objeto contratado, certificando-se de que este atende às especificações e condições estabelecidas no instrumento contratual.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Destaca-se que não se faz necessária a realização de quaisquer outras, contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido. Sendo assim, não existem em andamento contratações correlatas e/ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

## **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO**

12.1. A aquisição de materiais de consumo e gráficos pode acarretar impactos ambientais ao longo do ciclo de vida. Desde a extração de matérias-primas até a disposição final, é crucial adotar uma abordagem sustentável para mitigar esses impactos. A busca pela sustentabilidade envolve o consumo consciente de recursos naturais, a redução de resíduos e a promoção de práticas ambientalmente responsáveis.

12.2. No contexto específico das campanhas "Faça Bonito" e "Agosto Lilás", que inclui a produção de camisetas, bonés, balões e *folders*, a escolha dos materiais desempenha um papel fundamental. Recomenda-se priorizar opções recicladas e certificadas, bem como optar por processos de produção mais sustentáveis. A utilização de insumos certificados por padrões ambientais garante que a extração e produção desses materiais ocorram de maneira responsável. Além disso, é crucial considerar não apenas a fase de produção, mas também a disposição final dos materiais após o término da campanha.

12.3. Promover a reciclagem e o descarte responsável é essencial para fechar o ciclo de vida dos materiais de forma sustentável. Estratégias como a implementação de programas de coleta seletiva durante a campanha e a conscientização sobre a importância da separação adequada podem contribuir significativamente para esse objetivo. Outro aspecto relevante é a eficiência nos processos de produção, visando otimizar o uso de matéria-prima e reduzir o desperdício. A adoção de práticas mais eficientes e a incorporação de tecnologias limpas contribuem para minimizar o impacto ambiental associado à fabricação dos materiais gráficos.

## **13. VIABILIDADE OU NÃO PARA A CONTRATAÇÃO**

Com base no exposto, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida que inclui critérios e práticas de aquisições feitas anteriormente por esta Secretaria, considera-se a aquisição VIÁVEL, além de ser necessária para incremento das ações até aqui desenvolvidas e garantindo a continuidade no projeto

desta Secretaria. As questões elencadas no presente estudo subsidiarão critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações, preço médio e o princípio da economicidade para administração pública.

Ji-Paraná, 24 de março de 2026.

revisado por:  
Melissa de A. Arantes

assinado por:  
  
Marley Muniz  
**Secretária Municipal de Assistência Social e da Família**  
Decreto nº0424/GAB/PM/JP/2026

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TECNICO - SEMASF**, em 09/04/2026 às 12:15, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARLEY MUNIZ, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 09/04/2026 às 12:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2545246** e o código verificador **8D5A4BB6**.

Referência: [Processo nº 1-2220/2026](#). Docto ID: 2545246 v1

**ANEXO II – CARTA PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90043/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-2220/2026 - SEMASF**

**OBJETO:** Aquisição de bens de consumo e materiais gráficos personalizados destinados ao apoio, divulgação e identificação visual das campanhas institucionais maio Laranja - Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e agosto Lilás - Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e anexos.

À  
**Superintendência de Compras e Licitações**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V.UNT ESTIMADO	V.TOTAL ESTIMADO
<b>ITENS DE MENOR PREÇO</b>					
1	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho 06 anos.	40	UND	20,63	825,20
2	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho 08 anos.	40	UND	31,30	1.252,00
3	CAMISSETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca tamanho GG.	150	UND	35,20	5.280,00
4	CAMISSETAS EM MALHA ESPORTIVA DE	50	UND	36,20	1.810,00

	PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca tamanho XGG.				
5	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho PP.	UND	70	31,98	2.238,60
6	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho P.	UND	150	35,20	5.280,00
7	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho M	UND	200	35,20	7.040,00
8	CAMISETAS EM MALHA ESPORTIVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PV ANTI PILLING. Camisetas em malha esportiva de primeira qualidade, pv anti pilling. Gola redonda, manga curta, cor branca, impressão personalizada e colorida, frente e verso. Acabamento de gola com ribana cor branca, tamanho G.	UND	150	38,20	5.730,00
9	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em	UND	120	24,97	2.996,40

	ribana de 3cm e manga curta. Tamanho P.				
10	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho M.	UND	150	31,30	4.695,00
11	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho G.	UND	80	31,30	2.504,00
12	CAMISETA EM MALHA AERO DRY OU HELANQUINHA ESPORTIVA, COM SUBLIMAÇÃO Camiseta em malha Aero Dry ou Helanquinha Esportiva, com sublimação total, com gola redonda em ribana de 3cm e manga curta. Tamanho EXTRA GG.	UND	45	45,00	2.025,00
13	BALÕES PERSONALIZADOS, NA COR LARANJADO, COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FAÇA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Balões personalizados, na cor laranjado, com logo tipo da Campanha Faça Bonito, conforme modelo anexo IV do Termo de Referência	UND	500	1,13	565,00
14	BALÕES PERSONALIZADOS, NA COR BRANCO, COM LOGO TIPO DA CAMPANHA FAÇA BONITO, CONFORME MODELO ANEXO. Balões personalizados, na cor branco, com logo tipo da Campanha Faça Bonito, conforme modelo anexo III do Termo de Referência.	UND	500	1,13	565,00
15	SOMBRINHA/GUARDA CHUVA COM ABERTURA MANUAL PORTÁTIL E FUNCIONAL EM ALUMÍNIO Sombrinha/guarda chuva com abertura manual portátil e funcional em alumínio resistente com acabamento em tecido especial de alta qualidade, impregnada com protetor solar (FPU 50+) que bloqueia 99%	UND	369	56,63	20.896,47

	dos raios solares UVA e UVB				
16	CHAVEIRO ACRÍLICO PERSONALIZADO COM A ARTE DO PROJETO, COLORIDA. SENDO REDONDO/E OU QUADRADO - - 4X4CM. ACRÍLICO CRISTAL 3MM CORTE A LASER. IMPRESSÃO U.V FEITA DIRETO NA PEÇA. ACOMPANHA CORRENTINHA PADRÃO. Chaveiro acrílico personalizado com a arte do projeto, colorida. sendo Redondo/e ou quadrado - - 4x4cm. Acrílico Cristal 3m m corte a Laser. Impressão U.V feita direto na peça. Acompanha correntinha padrão. Arte da impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem co nforme necessidade a surgir dos eventos.	UND	342	4,67	1.597,14
17	GARRAFA, TIPO SQUEEZE MATERIAL PLASTICO, 500 ML, PERSONALIZADA Garrafa, tipo Squeeze material plástico, 500 ml, personalizada Modelo de Descrição:Garrafa, tipo Squeeze, material pet ecológico, 500ml, personalizada, com tampa de bico (plástico) rosqueável, com capacidade e mínima de 500 ml. Personalizado com sikscreen que não descasque. Material 100% reciclável translúcido e tampa branca. Tamanho mínimos aproximados Altura: 13,5cm; circunferência: 22,5cm; diâmetro: 7cm, será aceita variação de 10% para mais ou para menos. Tampa na cor branca e corpo transparente, com a logomarca do Brasão da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná e da identificação da unidade adquirente, Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.	UND	299	6,83	2.042,17
<b>Valor total estimado: ..... R\$ R\$ 67.341,98 (sessenta e sete mil trezentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos)</b>					

LOTE UNICO					
18	BANNER EM LONA FOSCA COM IMPRESSÃO DIGITAL 2,20 MTS X 3 ,0	UND	3	110,58	331,74



	Banner em Lona fosca com Impressão Digital 2,20 mts x 3,0 mts. Arte da impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos.				
19	FOLDER 3 DOBRAS (29,7 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA E M PAPEL COUCHÉ IMPRESSÃO COLORIDA) Folder 3 dobras (29,7 cm de largura x 21 cm de altura em papel couché impressão colorida) Arte da impressão será confeccionada juntamente com empresa ganhadora certame licitatório com a Secretaria de origem conforme necessidade a surgir dos eventos.	UND	6000	0,40	2.400,00
<b>Valor total estimado: .....R\$ R\$ 2.731,74</b> <b>(Dois mil, setecentos trinta e um e setenta e quatro centavos)</b>					

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 70.073,72** (Setenta mil, e setenta e três reais e setenta e dois centavos)

- Os itens 1 a 17 são de **MENOR PREÇO** por item e são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP**.
- Os itens 18 e 19 são itens em **LOTE UNICO** e são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP**.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **CATMAT**, prevalecerão às do **ANEXO II deste Edital**.

### **Dados do proponente:**

Razão Social:

CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: .....

E-mail: .....

### **Dados do responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

CPF n.º .....

Cargo/Função:

***Dados para contato/correspondência:***

Endereço:

Telefone:

E-mail:

***Dados para pagamentos:***

Conta Corrente n.º .....

Agência n.....

Banco.....

**Local/ Entrega/Pagamento:** Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS** (*mínimo*), a contar da data da apresentação.

**DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA**

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº** **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** **DECLARA** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém

plenos poderes e informações para firmá-la;

g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.

h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.

i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.

j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.

k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

---

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

## ANEXO III

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
  - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

#### 2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- 2.3. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

#### 3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expreso na própria Certidão**.
  - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

**3.2. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **ateste o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**) e Solvência Geral (**SG**) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

3.2.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

4.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**5.1.** Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado, atestando que:

**ANEXO III – A**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo e eu caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br);
- h) No caso de empresas em recuperação judicial, está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;

k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

**Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



**ANEXO IV**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**Processo Administrativo nº.....**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO  
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A  
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na ..... , em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... , expedida pela (o) ..... , e CPF nº ..... , tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de ..... , nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDAD E DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDA DE</b>	<b>VALOR UNITÁRI O</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>1</b>					
<b>2</b>					
<b>3</b>					
<b>...</b>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do (a) ....., na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

2.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

2.3. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

2.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

2.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ..... **(conforme descrito no ANEXO I – Termo de Referência)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

2.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

2.12. São obrigações do Contratante:

- 2.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 2.14. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 2.15. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 2.16. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 2.17. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 2.18. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 2.19. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 2.20. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 2.21. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 2.22. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 2.23. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 2.24. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 2.25. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 2.26. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 2.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 2.28. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 2.29. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 2.30. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 2.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 2.32. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 2.33. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 2.34. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 2.35. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 2.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 2.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 2.38. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 2.39. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 2.40. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.41. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 2.42. Não haverá exigência de garantia contratual ou a exigência de garantia contratual da execução será a ..... (conforme descrito no Termo de Referência).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 2.43. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 2.44. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - IV. **Multa:**

1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 2.45. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 2.45.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 2.45.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 2.45.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 2.45.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 2.46. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 2.47. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 2.48. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 2.49. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 2.50. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



2.51. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

2.52. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

2.53. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

2.54. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato.

2.54.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

2.55. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2.55.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

2.55.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

2.55.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

2.56. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 2.56.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2.56.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 2.56.3. Indenizações e multas.

2.57. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.58. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

2.59. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

2.59.1. Fonte de Recursos:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

2.60. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

2.61. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.62. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.63. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

2.64. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

2.65. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

2.66. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

*Prefeito do Município de Ji-Paraná*

---

*Secretário/Presidente*

---

*Representante legal do Contratado*

---

*Procurador Geral do Município*

#### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-